

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – CPTL**

ANA PAULA LEÃO MENDES

**REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO E PERCEPÇÕES DISCENTES EM
CONTEXTOS DIVERSOS**

TRÊS LAGOAS/MS, 2021.

ANA PAULA LEÃO MENDES

**REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO E PERCEPÇÕES DISCENTES EM
CONTEXTOS DIVERSOS**

**Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação, da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas/MS
Orientador: Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa**

**TRÊS LAGOAS
2021**

Sxxxxt Mendes, Ana Paula Leão.

REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO E PERCEPÇÕES
DISCENTES EM CONTEXTOS DIVERSOS

98p., 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa
Dissertação– Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-
Graduação em Educação Câmpus de Três Lagoas/MS.

1. Assunto(s). I. Muleka Mwewa, Christian. II. Título. Formação e
Percepções Discentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,
Campus de Três Lagoas/MS.

ANA PAULA LEÃO MENDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Campus Três Lagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa – Orientador
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPTL

Profª. Dra. Jaqueline Zarbato – Examinadora Interna
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Alex Sander da Silva – Examinador Externo
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Profª. Dra. Natália Cristina de Oliveira – Examinadora Interna
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Marcelo Braz Vieira – Suplente
Universitat de Barcelona – Espanhã - Facultat de Educació

Três Lagoas, 2021.

**Ao meu filho e esposo,
que me apoiaram e compreenderam
meus momentos de ausência,
a minha mãe e irmãos pelo apoio.**

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof^o Dr. Christian Muleka Mwewa, sem o qual sequer haveria defesa.

Aos alunos participantes da pesquisa, os quais permitiram a aproximação com o espaço investigado.

Aos meus colegas de sala, que colaboram com este estudo, em especial Juliana, Dayane e Isabela.

À Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/MS campus de Três Lagoas, pelo suporte concedido.

Aos professores do programa de Mestrado, pelas orientações e paciência.

Aos meus familiares, pelo apoio incondicional que me permitiu concluir esse estudo com suporte emocional, em especial à minha mãe, meu filho e meu esposo.

“Um povo educado não aceitaria as condições de miséria e desemprego como as que temos”.

(Florestan Fernandes)

RESUMO

Objetivamos explicitar, **tencionar** e analisar as percepções e representações discentes dos cursos de Direito, História e Medicina da graduação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas-MS sobre as relações de “raça”, classe e gêneros. A escolha dos sujeitos da pesquisa se deve ao fato desses estarem em processo formativo imerso em uma **estrutura social capitalista**, a universidade, que por sua vez pode ser tomado, também, como um espaço que reproduz as desigualdades sociais. Como cada um desses sujeitos apreendeu os processos formativos pelos quais passou em diferentes contextos? Essas percepções pessoais implicam nas suas experiências e vivências acadêmicas em processo? Seria o ambiente acadêmico um espaço de formação social ou exclusivamente de formação intelectual? Tomaremos como referências estudos no campo da sociologia para pensar a questão das infâncias; no campo da antropologia para compreender as questões étnicas e “raciais” e estudos do campo da educação como ponto fulcral da inter-relação dos processos de formação objetiva. Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa que se apropria dos instrumentos e técnicas metodológicas do procedimento etnográfico (caderno de campo e questionários) entrelaçado com análise de documentos a partir de referências previamente selecionadas. Assim, visando analisar densamente como os discentes dos cursos supracitados avaliam suas respectivas **formações (acadêmica e social)**. Nossas conclusões indicam que os discentes, em processo formativo, no espaço de produção de conhecimento de alto nível, localizam suas respectivas na historicidade e na permanência nesse ambiente intelectual apesar das tensões sociais.

Palavras-chave: Discentes CPTL/UFMS. Formação/Educação. Relações sociais.

ABSTRACT

This article aims to make explicit, intend and analyze the perceptions and representations from the courses of Law, History and Medicine from the *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas – MS* about the relations between race, class and genders. The choice of the subjects of the research is due to the fact of them being on a formative process submerged in a capitalist social structure, the university, that can be taken, also, as a place that reproduces the social differences. How each of these subjects apprehended the formative tactics experienced in different contexts? Are these personal perceptions involve the academic experiences through the process? Is the academic environment a place of social formation or is it exclusively intellectual formation? We will take as a reference studies in the field of sociology to think about the childhood; in the field of antropology to comprehend about ethnic and racial and studies in the field of the education as focal point of the interrelationship from the objetitive processes. Therefore, this is a qualitative research that appropriates of methodological techniques of the ethnographic procedure (field notebook and questionnaires) intertwined with document analysis through the references pre-selected. Thus, aiming to densely analyze how the students of the aforementioned courses evaluate their respective backgrounds (academic and social). These conclusions indicate that the students, in formative process, on the space of knowledge production of high level, locate their respective in historicity and in the permanence of this intellectual environment besides the social tensions.

Keywords: Students from CPTL/UFMS. Formation/Education. Social relations.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: SUBJETIVIDADES OBJETIVADAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: METODOLOGIAS, CATEGORIAS E SUJEITOS DISCENTES.....	19
CAPÍTULO 2: DISCENTES E SUAS INFÂNCIAS COMO CRIANÇAS.....	31
CAPÍTULO 3: IDENTIDADES E CONTEXTO SOCIAL: PERCEPÇÕES DISCENTES.....	37
CAPÍTULO 4: INTERSECÇÕES ENTRE “RAÇA” E CAMADA SOCIAL: PERSPECTIVAS DISCENTES.....	48
CAPÍTULO 5: IMPLICAÇÕES DA CATEGORIA GÊNERO NO CONTEXTO ACADÊMICO	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE 1– QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS DICENTES DOS CURSOS INVESTIGADOS	76
APÊNDICE 2 – RESULTADO DO QUESTIONÁRIO APLICADO POR MEIO DO GOOGLE FORMS.....	79

APRESENTAÇÃO: SUBJETIVIDADES OBJETIVADAS

Iniciarei o estudo aqui desenvolvido com um relato pessoal, o qual desembocou na instigação em pesquisar a temática aqui abordada. Dito isso, sou Ana Paula, sou orientanda do Prof^o Dr. Christian no mestrado e fui aluna **na faculdade e desde a faculdade** ele vem me falando: - Você tem que procurar um psicanalista para resolver essas suas questões, porque você tem um uma efervescência sobre as questões étnicas e raciais e precisar entender o porquê disso em você.

Algo que é muito dolorido e de difícil compreensão, pois em todos os momentos de suas falas durante as aulas sobre a temática étnico-raciais, eu voltava nas minhas lembranças, revisitando as minhas memórias e hoje eu entendo que toda essa minha revolta com a questão étnico racial, do racismo, da violência simbólica e material se dá ao fato de que a mim foi negada uma identidade em ser negra, pois e eu ouço desde de criança que eu tinha que ser agradecida por não ser tão negra, ser morena clara, ter cabelo liso e traços finos. No entanto, a minha mãe que é pessoa que eu mais admirava/admiro é uma mulher negra e por mais que ela não se identifica como negra (porque ela não tem um cabelo crespo, mas sim cacheado) minha mãe enaltecia o tempo todo o meu cabelo liso.

Essas atitudes, para além da minha mãe, era como se fosse um “consenso” geral, porém ainda com a não identificação da minha isso não a eximiu de sofrer violência simbólica e material por conta da sua cor de pele. Dentro desse oceano profundo de buscar entender essas relações sociais e familiares a qual o racismo coloca em pauta, passei por um longo período da minha existência sem entender o porquê eu deveria me sentir agradecida em não ser negra e isso ouvindo de uma mulher negra. Algo que sempre me inquietou.

Quando entrei na adolescência comecei a cachear meu cabelo e era reprimida por isso, pois não entendiam o porquê que eu fazia aquilo com meu cabelo, já que meu cabelo era lindo e liso. Com a aproximação do conhecimento acadêmico que se iniciou na faculdade, analiso esse comportamento como uma vontade em ser parecida com a minha mãe, a pessoa da vida. Hoje assevero sobre o quão a violência simbólica agredi emocionalmente e psicologicamente as pessoas negras. Eu observava toda violência que minha mãe sofria enquanto mulher negra, dessa forma, as minhas vivências eram compartilhadas com ela, assim eu me identificava com a minha mãe e ao mesmo tempo

eu ouvia da minha família e de todas as instâncias sociais que eu frequentava que eu tinha que dar graças a Deus por não ser negra ou ter a pele tão escura.

Em continuidade, me formando em pedagogia volto para a escola agora como professora e continuo a visualizar essa questão da autoestima da criança negra dela buscar se identificar com o mundo branco, com universo branco, para ser branco e buscar formas de querer se assemelhar como, em exemplo, alisar o cabelo, de querer ser parda, ser queimado do sol entre outros argumentos que possam legitimar a fala de “eu não sou negro”. Entendo, sobretudo o caminho longo e doloroso para desconstruir a negatividade que circunda a identificação em ser negro/a. As instituições de ensino continuam esbarrando nessa questão da identidade e de como é difícil se identificar como negro/a.

Ressalto, contudo, que tais análises aqui ditas só foram possíveis após minha experiência com a universidade, de como as aulas me possibilitaram avançar em minha construção pessoal, profissional e de me identificar, ter o sentimento de pertencimento como mulher negra, ainda que de “pele clara e traços finos”. Como isso, emergiu a urgência em estudar com profundidade e de ter uma perspectiva de análise buscando compreender esses movimentos e mecanismos de controle social em colocar as pessoas no lugar e dizer que ela pertence a esse lugar, ou não.

Portanto, eu só tenho a agradecer a todas as experiências, aulas, seminários e estudos científicos os quais me propiciaram elaborar em mim a compreensão de que o negro/a sofre essa violência simbólica e material e ainda sofre essa resistência de poder ser feliz como ele é, de como sua estética é, sua aparência é e de como sua historicidade é. Além de agradecer, devo também instigar o debate sobre as temáticas aqui levantadas visualizando a desconstrução desse imaginário negativo que envolve o ser negro em nossos tecidos sociais e culturais. De buscar elucidar os motivos de enaltecermos sermos descendentes de europeus, ou ainda de falar de antepassados europeus, mas não falarmos/enaltecer que somos descendentes de africanos ou de escravos e indígenas brasileiros. Esse movimento cultural que busca se equiparar com a Europa (continente que cometeu atrocidades humanas irreparáveis) de modo consanguíneo, faz com que fiquemos perdidos nessa construção de nós mesmos e de quem somos diante da sociedade.

Essas inquietações me levaram a desenvolver o presente estudo. Esse, estudo, assume enquanto compromisso sustentar a discussão por meio de um diálogo sistemático entre passado e presente, História e processos sociais dos discentes na pretensão de oferecer um embasamento que permita uma análise densa entre o objeto investigado e sua aproximação com a realidade.

Com isso, consideramos pertinente um recorte histórico sobre a nossa construção histórica civilizatória e ainda um breve recorte da história da educação brasileira. Pensamos em uma estrutura textual embasada sobretudo nesse diálogo, sujeito social e educação. Tendo como objeto central o perfil social dos discentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – CPTL. Ao compreender que o objeto abarca construção de sujeito social, bem como a educação dada em diversos espaços que esses sujeitos vivenciaram, nos inclinamos em localizar em primeiro momento a escolha da instituição para compreender quais são os sujeitos que constituem essa instituição como espaço concebido com valor social.

Propondo um panorama da realidade do contexto discente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul –CPTL, objetivando investigar quem é o sujeito social que ocupa o espaço acadêmico, visando ilustrar por meio de pesquisa o perfil discente. Para compreender um espaço devemos também entender quem são os sujeitos que ocupam, compõem e permanecem nesse espaço. Porém, não é a pretensão aqui colocar o ensino superior público como espaço primordial das discussões que concernem as tensões sociais. Por outro lado, a universidade enquanto espaço no qual foi pesquisado o perfil dos discentes, assume sua relevância na produção de conhecimento projetando certo perfil social dos seus egressos. Esse espaço, também, denuncia as ausências dos grupos sociais entendidos como de minorias com a perspectiva conceitual da interseccionalidade entre gênero, camada social, etnia e “raça”.

Dado a herança social e cultural do período da escravatura e em movimento de mudanças efetivas nos tecidos sociais, a universidade pública deve efetivar as políticas públicas educacionais específicas sobre acesso e permanência dos grupos subalternizados. Compreendendo, sobretudo, a distinção de um movimento e outro, acesso não garante permanência e permanência não se torna sinônimo de acesso. Portanto, ainda que com os avanços resultantes dos movimentos de lutas em prol das ações afirmativas por meio de políticas, ainda assim há muito que avançar e consolidar para a construção de uma conjuntura social que seja de fato mais equânime.

Em questões de políticas públicas nas mais amplas esferas, O Brasil ainda se configura em um país atrasado ao que tange a nossa conjuntura social desigual. Desde a invasão de Portugal, há mais de quinhentos anos, o Brasil se esbarra em diversos desafios em se efetivar políticas públicas que de fato sejam voltadas para as camadas menos favorecidas. Isso reflete sobre nossa sociedade uma segmentação classista que perpetua tais estruturas promotoras das desigualdades sociais.

Dessa forma, as políticas educacionais e a formação do professorado brasileiro que estão ante a escolarização/formação da massa populacional (camada popular) não se eximem dos artifícios tendenciosos do poder político e econômico que imperaram na sociedade tanto passada quanto a atual. O que assume, portanto, um controle social em uma relação secular entre dominante e dominados.

A escola pode assumir um espaço social e de formação social. Aqui reside a relevância de se pesquisar e produzir conhecimento científico sobre percepção dos discentes sobre a sua formação. Desse modo, as implicações de cunho sociais e culturais, não podem estar aquém das instituições educacionais, pois se reverbera também como política se entendermos que as escolas fazem parte da engrenagem da sociedade. Nesse sentido, relações sociais dentro dos muros das instituições educacionais podem refletir as relações que ocorrem em outros espaços sociais.

Os espaços sociais em nossa sociedade segmentam e fragmentam a nação produzindo a classificação por camadas sociais que se distanciam de forma discrepante entre si. Com isso, emerge a necessidade de discutir sobre o cenário educacional e as percepções dos discentes em processo formativo.

Essas ações são fundamentais e essenciais para que se possa debater efetivamente os direitos sociais e culturais ser serem assegurados aos subalternizados que não são a minoria, mas a maioria populacional. De certa forma são as vozes silenciadas nos discursos discentes analisados nesse texto dissertativo. Na impossibilidade de registrar os silêncios nos valemos dessa apresentação para objetivar as nossas subjetividades que não cabem num texto acadêmico.

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida tencionou investigar e analisar as relações de “raça”, classe e gêneros como categorias emergentes no âmbito da educação formal dos discentes dos cursos de Direito, História e Medicina da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas-MS. O estudo como pano de fundo as implicações sociais das categorias acima elencadas nas relações de poder na sociedade. Pode-se dizer que sob a ótica das identidades e, por conseguinte, das desigualdades sociais, essas categorias operam como mecanismo integrado em relação a determinados grupos sociais historicamente e socialmente subalternizados¹.

Assim, por entender o espaço social investigado como um espaço de produção de conhecimento e de ciência, a pesquisa tem como foco as percepções dos discentes não somente com o curso por eles escolhidos, mas também com a sua autopercepção como sujeitos para compreensão do possível perfil dos discentes de uma universidade pública que frequentam os cursos em tela. E para além disso, em alguma dimensão, a pesquisa indicou como esses discentes se posicionam em relação as demandas sociais. Haja vista que, para se compreender e identificar o ambiente acadêmico, que não é nosso foco no momento, antes necessitamos **de** compreender e identificar quem são os sujeitos que se encontram imersos nesse ambiente de produção de conhecimento. Dito de outra forma, a questão central é como **esses** que estão em formação se enxergam frente a sua vida pessoal, social e coletiva diante das questões de **cunho sociais?**

A pesquisa partiu da hipótese de que ao compreender como prover as mudanças nos tecidos sociais de hoje, de sermos uma sociedade racista, classicista e machista fragmentada socialmente, culturalmente e economicamente, poderemos almejar mudanças sociais estruturais futuras a partir dos sujeitos que se encontram em formação hoje.

¹ As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? (RIBEIRO, 2017, p. 63)

Temos como objetivo geral tencionar, explicitar e analisar as relações de classe, raça e gênero no âmbito da educação formal dos discentes dos cursos de Direito, História e Medicina da UFMS-CPTL. Esse objetivo está alicerçado nos seguintes objetivos Específicos: analisar a memória dos discentes sobre as infâncias em relação as relações citadas no objetivo geral; verificar as relações no interior das redes familiares através dos seus discursos dentre outros.

Para atingirmos nosso objetivo geral o estudo encontrar-se estruturado em cinco capítulos além da apresentação das motivações subjetivas e desta introdução: capítulo 1: metodologias, categorias e sujeitos discentes; capítulo 2: discentes e suas infâncias como crianças; capítulo 3: identidades e contexto social: percepções discentes; capítulo 4: intersecções entre “raça” e camada social: perspectivas discentes e capítulo 5: implicações da categoria gênero no contexto da diversidade.

As questões do questionário foram diluídas nos capítulos subsequentes que versam sobre as categorias de análise em que cada um se concentrou e se estruturou como forma de apresentação dos resultados do ponto de vista da densidade analítica com articulação teórica.

No primeiro capítulo indicaremos melhor o procedimento metodológico por se tratar de um procedimento longo, tendo em vista a especificidade da aproximação com os sujeitos investigados. Com isso, consideramos a importância de um capítulo separado como um aparato que permitiu subsidiar uma discussão reflexiva ao localizar e entender quem são esses sujeitos e como nos aproximamos deles/delas.

Ao que circunscreve o segundo capítulo, ressaltamos que não foi aqui nosso interesse discorrer sobre infâncias. No entanto, ante ao resultado do questionário aplicado, não poderíamos desconsiderar a “criança” e “infância” que se apresentou por meio dos respondentes discentes. Portanto, o segundo capítulo se desenvolveu como forma de compreender, por meio da perspectiva histórica da sociologia da infância, análises do que é criança e infância de forma relacional com o contexto das respostas dos discentes e a categoria infância e criança de forma história e social. Tendo como recorte bibliográfico dos autores que embasam a fundamentação teórica do estudo desenvolvido, dada a problemática aqui apresentada, a memórias da infância, sinalizam para um olhar específico na formação social ainda na infância e dentro do espaço educacional formal. Para além desse enfoque, a infância, deve ser correlacionada à formação dos discentes uma vez que são sujeitos históricos. Além disso, outro ponto de análise que se apresenta é a infância dos discentes e de como esses localizam em suas

lembranças a primeira formação enquanto sua construção e desenvolvimento de sujeito. Dessa forma, como esses discentes analisam as vivências passadas no âmbito acadêmico.

O terceiro, quarto e quinto capítulo abarcaram as questões de classe, “raça” e gênero, nessa ordem. Esses capítulos discorrem sobre a análise das **repostas** dos discentes e de como essas repostas **se configuram em um perfil social**. As análises alcançadas se embasaram nos referenciais teóricos das áreas de Antropologia, História, Sociologia e de estudos Feministas (mais especificamente de gênero).

Assim, se faz pertinente a ressalva no estudo em se compreender o sujeito “discente” como um sujeito histórico social, logo, um sujeito com uma historicidade, um antes vir, alguém que representa e está a representar algo ou alguém em relação à sua subjetividade em construção pessoal em contextos sociais diversos.

Desse modo, há a importância em indagar como se encontra a formação desse sujeito no que tange as questões raciais? E de gênero? E de classe? Esse questionamento é tomado como forma de problematizar, potencializar e tensionar as discussões acerca das questões sociais supracitadas com os conhecimentos científicos sistematizados que servem de aparatos para demistificar e quiçá romper com as construções de pensamentos do senso comum.

Nesse sentido, investigar se esses discentes entendem, primeiramente, a sociedade brasileira como racista, classicista e sexista se torna um norte para a sustentabilidade de possíveis transformações sociais futuras. Para assim ter uma observação densa e analítica sobre suas percepções sociais. Portanto, buscamos entender, a priori, a formação ainda em curso. Entendo, que os processos formativos não devem ser pautados meramente em uma estratégia de “esclarecimento” da consciência sem levar em conta a formação social do sujeito e como a educação formal se apropria dos conhecimentos pragmáticos construídos em outros contextos.

Concluimos que a universidade sendo um espaço social, a mesma também se assume como um espaço político. Desse modo, as implicações de cunho social, como a discriminação por exemplo, não recebem apenas o papel e função educacional, mas também política ao entender que a academia faz parte da engrenagem da sociedade. As relações sociais dentro dos muros das universidades indicam as dimensões das relações que ocorrem em outros espaços sociais. Dito isso, os espaços sociais em nossa sociedade segmentam e fragmentam a nação ao produzir a classificação por camadas sociais que se distanciam de forma discrepantes entre si. Com isso, emerge a seriedade

(ou seja, levar as infâncias a sério) em discutir sobre as tensões sociais ainda na infância, ainda que nas memórias, com os sujeitos envolvidos nesse espaço de produção de conhecimento, como também de formação intelectual, profissional e social.

Essas ações são fundamentais e essenciais para que se possa debater efetivamente os direitos sociais e culturais assegurados aos negros, as mulheres, aos indígenas que não são a minoria, mas sim a maioria. Denominá-los como maioria deflagra e desnuda as injustiças sociais aceitas pela minoria populacional do país.

Assim, a pesquisa teve como principal objetivo analisar não somente, nem tão pouco separadamente, a formação intelectual e social dos discentes da universidade, mas sim em analisar e investigar quais as percepções/posicionamento pessoal dos discentes ante as tensões sociais aqui arguidas e, por conseguinte, identificar quem são esses sujeitos que compõem o corpo discente da universidade pública. Em decorrência desses posicionamentos, como se estabelece a formação do sujeito social desses discentes. Esse procedimento permitiu esboçar enquanto estudo, um certo perfil desses discentes frente às implicações de cunho social.

Por fim, pode-se dizer que o processo de formação pragmática e social carecerem de debate sobre as demandas sociais tão emergentes em nosso país. Dada a nossa conjuntura social os abismos sociais tornam-se abissais. Destarte, tencionar mudanças futuras em nosso plano social nas estruturas que sustentam o pensamento e o comportamento racista, sexista e classista, demanda de um olhar para aqueles sujeitos sociais produtores das mudanças, ou perpetuação, das estruturas sociais. Nesse sentido, a universidade assume enquanto espaço social, o dever de demistificar o senso comum por meio do conhecimento e produção científica. Assim, em uma visão utópica demanda vislumbrar um futuro onde seres humanos não sejam subjugados a partir da quantidade de melanina que carregam na sua pele ou por qualquer outra categoria que os inferiorizem ao invés de individualiza-los nas suas múltiplas identidades subjetivas objetivadas em diversos contextos sociais.

CAPÍTULO 1: METODOLOGIAS, CATEGORIAS E SUJEITOS DISCENTES

A partir da discussão indicada na introdução, o presente estudo propendeu a análise do perfil dos discentes nos referidos cursos no contexto atual da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas – MS. Entendemos o processo da construção histórica civilizatória brasileira como principal fator das tensões sociais elencadas e colocadas aos discentes. Tais tensões sociais são apreendidas, no que se refere ao perfil dos discentes, por meio de um questionário online como instrumento. Sendo assim, quem e como são os discentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - CPTL?

Para elucidar a problemática levantada e desenvolvida no presente estudo, se faz pertinente de antemão fazer ressalvas sobre o ambiente investigado e o objeto de estudo. Pode-se dizer que uma vez que os discentes pertencem a esse espaço privilegiado socialmente, a universidade, logo, a construção do seu perfil como sujeitos está vinculando a esse ambiente em relação aos que não frequentam a universidade.

Esse cenário reverbera as condições reais enfrentadas pelas maiorias em nosso país, que no mais, são excluídas. Em face desses terrenos arenosos que sustentam discursos que defendem a não aplicabilidade das ações afirmativas, por exemplo, bem como a mobilidade social das maiorias nos meios sociais e culturais, podemos compreender que a realidade por eles defendida não existe, de fato o Brasil não é um país que vive a democracia racial e social.

No entanto, sabemos a origem de nossa sociedade classista e desigual, somos o presente de um passado que não passou, que não aboliu as atrocidades cometidas às maiorias que se revelam em maioria de corpos negros e negras ou simplesmente não-brancos. Para compreendermos o presente necessitamos dialogar com passado, mas esse não pode ser o *mobil* para responder as questões sobre a verdade de não termos negros nos mais altos escalões sociais, isso em quantidade relativamente igual aos brancos, pois o presente pode ser diferente para projetar um futuro que o tenha como referência das mudanças empreendidas. Em outras palavras, não podemos nos reportar sempre ao passado como imutável, pois os agentes daquele momento presente, poderiam almejar um futuro diferente que seria o nosso presente. Isto posto, pode-se afirmar que as lutas de muitos negros, por exemplo, no passado, possibilitaram o advento de condições sociais diferentes para os negros do presente. Assim como as lutas feministas de outrora possibilitaram outras condições para as mulheres na contemporaneidade. Portanto, o

presente enquanto passado do futuro passa a ser a potência para as mudanças factuais almejadas.

O panorama aqui esboçado entende que para se construir um futuro diferentemente do passado e da atualidade se faz necessário o diálogo com o passado problematizando as ações dos sujeitos sociais de antes e de hoje. Com isso, compreender as relações de hoje com luz ao passado, pode permitir a ruptura não somente com o senso comum, como também uma nova construção de conhecimentos e saberes, que podem decorrer em novas ações e práticas. Nessa perspectiva, uma sociedade deve se apropriar do seu passado para transformar as estruturas sociais vigentes e futuras.

Mas, por enquanto ainda é possível indagar: Até quando será assim? carecemos de políticas que verdadeiramente venham a ser reparatórias na urgência dos que se encontram ainda excluídos de certos meios sociais. As quais venham propiciar um ambiente de **libertação** para uma tomada de consciência percussora da sua **libertação** enquanto sujeito histórico social.

Reportando-se ao corpo discente, dos cursos envolvidos, que compõem a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas – MS, os dados ilustraram a realidade social entre a população de brancos e não-brancos que compõe o mesmo universo, no que tange às questões das relações de “raça”, e ainda questões de classe e gênero. A questão de classe, por exemplo, deflagra que os discentes partem de uma realidade econômica que não pertence a maioria populacional, assim como a questão de gênero, que se articulada com a questão “racial” agrega de forma negativa uma realidade para as mulheres negras: qual seja o racismo e o sexismo. Essa articulação entre raça, classe e gênero do ponto de vista discriminatório torna-se alarmante.

ADVERSIDADES METODOLÓGICAS

Em meio ao curso do programa de Pós Graduação em Educação ocorreu um evento mundial totalmente inesperado. Em março de 2020 o Brasil entra em estado de alerta devido a pandemia global do vírus COVID-19 e em decorrência disso, vem a ser determinado o isolamento social (físico) para evitar a propagação da doença.

Diante disso, em efeito da excepcionalidade da situação para a prevenção do contágio e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus (Covid-19), a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE

FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, estabelece, por meio da PORTARIA Nº 394, DE 13 DE MARÇO DE 2020 e da PORTARIA Nº 405, DE 16 DE MARÇO DE 2020, determinando assim a suspensão das aulas presenciais. Com isso, em 1º parágrafo da portaria ficou determinado:

Art. 5º Os diretores dos Campus, Faculdades, Institutos e Escola da UFMS, em conjunto com os respectivos coordenadores de curso de graduação e de pós-graduação, deverão incentivar a execução do Plano de Ensino das disciplinas por meio de Estudo Dirigido, utilizando Educação a Distância e Tecnologias de Informação e Comunicação (Moodle, Google Classroom, Google Meet, Skype, Google Hangout, Whatsapp, FaceBook, e-mail e outras) por meio de trabalho remoto, quando aplicável, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19.

Parágrafo único. Em caso de suspensão de aulas em nível nacional, estadual ou municipal, todas as atividades deverão ser realizadas por meio de ferramentas de Educação a Distância, visando reduzir o prejuízo do calendário escolar. (PORTARIA Nº 394, DE 13 DE MARÇO DE 2020).

Devido ao cenário que se estabeleceu em âmbito nacional e mundial, a presente pesquisa teve que adequar e reestruturar sua metodologia para prosseguir com a investigação em busca da construção do perfil discente que se encontra na universidade aqui investigada. Dessa forma, foi reconsiderado os instrumentos de pesquisa e a melhor adequação para alcançar os discentes envolvidos no estudo.

Por compreender a complexidade da temática aqui tratada, para além da articulação das referências, se fez necessária a elaboração de um questionário para a análise dos resultados advindos dos dados da composição discente da universidade em análise.

O questionário enviado aos discentes por intermédio dos coordenadores dos cursos analisados, teve como estrutura questões que tangem às percepções “raciais”, econômicas e de gênero (como os mesmos entendem e identificam seu sexo, sua condição social, perspectivas raciais e a política de cotas; a sua presença enquanto membro do corpo discente; como o espaço acadêmico se revela diante das relações étnicas-raciais e se há entrelace entre a academia e as políticas afirmativas). Esse escopo se justifica por entender a relação inseparável de poder que essas implicações sociais impõem aos grupos concebidos como minorias, mas que são a maioria.

O questionário teve como norte circunscrever as categorias de análises objetivando uma aproximação entre hipótese e a realidade desse sujeito social, discente. Dito isso, as categorias de análise por meio de questões se dividiram em blocos para

obtenção de uma análise profunda para inferir o perfil do grupo respondentes da pesquisa.

Nesse sentido, as respostas pontuadas pelos discentes se encontram **dividas** em três blocos de análise, sendo o primeiro a percepção e identificação de sexo e “raça”, em segundo condição econômica, assim identificando a classe social e terceiro percepções “raciais” sobre o racismo institucional e as políticas de ação afirmativas, as cotas.

Por razões éticas, os discentes arrolados nesse estudo não tiveram os seus respectivos nomes revelados, bem como foi ressaltado que a participação no estudo em responder o questionário encaminhado era voluntária e as respostas às questões elaboradas não obrigatória, ou seja, foi elucidado o termo de livre consentimento em participar e em responder às questões de forma voluntária.

O estudo se atentou em pontuar um questionário o qual fosse de acesso rápido e sem qualquer custo financeiro. Assim, direcionou em buscas de melhores ferramentas e opções tecnológicas para atender a demanda ocasionada pelo isolamento social para que os discentes pudessem ter acesso com tranquilidade ao questionário. Nesse sentido, o questionário elaborado e aplicado se estreitou em projetar como resultado as percepções dos discentes de modo a traçar um possível perfil. Quem é esse sujeito imerso na universidade pública nos referidos cursos? Sendo encaminhado para discente de cursos de área de atuação profissional diferentes, ciências sociais (Direito), humanas (História) e biológicas (Medicina). No entanto, todas as áreas destinadas a formação humana, haja vista que irão atuar profissionalmente com pessoas.

Assim, visando um melhor enquadramento da pesquisa e do cenário de saúde pública, o instrumento **de pesquisa utilizado se deu a** técnica de questionário ONLINE por meio do GOOGLE FORMS onde foi solicitado aos coordenadores dos cursos de Direito, História e Medicina a permissão para encaminhar para os discentes o questionário via e-mail e pelo aplicativo de troca de mensagem instantânea pelo telefone. Não obstante, foi elucidado a importância do questionário, haja vista que não se teve um encontro presencial para expressar o objetivo da pesquisa, bem como a importância dos discentes para o desenvolvimento da mesma.

Dadas as circunstancialidades acima discutidas, nos basearemos na metodologia qualitativa e quantitativa para a análise das respostas dos discentes dos cursos de Direito, História e Medicina em consonância com uma incursão de inspiração

etnográfica (virtual) apropriando-nos das técnicas de questionário. Para Geertz², praticar etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário “o que define é o tipo de esforço intelectual que ela, a etnografia, representa: um risco elaborado para uma descrição densa” (GEERTZ, 1989, p. 15). Percutamos essa descrição através da aplicação do questionário e a posterior busca de significados de forma interpretativa ao analisarmos as respostas dos discentes. Porém, resistimos à subjetividade, como discorre Geertz (1989) sobre o ato simbólico. Assim, o método mais adequado, segundo o autor, seria a descrição densa, em relação às análises interpretativa da antropologia. Desse modo, uma descrição caracterizaria uma percepção mais profunda sobre o objeto. Nesse sentido, o autor ressalta.

A etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos. (GEERTZ, 1989, p.20).

Enquanto análise documental (respostas ao questionário), o estudo ainda se válida das respostas dos discentes envolvidos na pesquisa, sendo esse material que indicará as percepções pessoais dos mesmos. Portanto, uma vez que os discentes responderam ao questionário, suas respostas passam a ser o documento passível de análise.

Para tanto, o instrumento como técnica nos permite obter resultados (documentos) passíveis de tencionamento e análise com a finalidade de estabelecer categorias para a melhor (re)definição do objeto investigado. Em sequência se valer da triangulação (respostas ao questionário, referenciais teóricas e interpretação da autora)³

² O autor coloca a antropologia como uma ciência interpretativa/experimental, visto que, a cultura pode ser um texto. Dessa forma, passiva de interpretações de terceiros e não de certa descrição. Como crítica, o autor pontua, se a etnografia é uma descrição densa, não necessitaria medir de irrefutabilidade de explicações contra um corpo de documentação não interpretada. O que faz com que se persiga a cultura como um sistema simbólico.

³ Assim, enquanto método dialético, empregado em pesquisa qualitativa, considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social; as contradições transcendem o espaço circunscrito dando origem a novas contradições que requerem soluções. Com isso, permite investigar evidências empíricas (respostas ao questionário) para derrubá-las ou confirmá-las.

dos dados adquiridos pelos questionários, para uma análise mais aprofundada das posições dos discentes ao que circunscreve o objetivo central do estudo⁴.

Para tanto, foram elaboradas, com embasamento no referencial teórico do presente estudo, cinquenta e uma questões que pudessem dar margem das percepções dos respondentes frente às temáticas aqui arguidas. Foi aberto para ser respondido no dia 25 de maio de 2020, encaminhado aos coordenadores dos cursos e, por conseguinte, encaminhado aos representantes discentes via e-mail e aplicativo telefônico de troca de mensagem instantâneo.

Além das categorias acima indicadas (“raça”, gênero e classe social), outro ponto eloquente de análise que se apresentou foi a infância dos discentes e de como esses localizam em suas lembranças a primeira formação como ponto de construção e desenvolvimento subjetivo. Por entender que antes mesmo de se transitar em espaços sociais na vida adulta posteriormente, na infância temos contato com o meio social familiar como primeira socialização. Dessa forma, como esses discentes compreendem as vivências passadas, sob a ótica das questões sociais, com as vivências de hoje dentro do espaço acadêmico.

Os referenciais teóricos transitam entre estudos da área da sociologia, antropologia e Estudos Culturais. Nos apropriarmos dos referenciais teóricos, enquanto instrumento elucidativo como base para a análise do documento que quantifica e qualifica a realidade dos discentes envolvidos na pesquisa. O que leva a pesquisa à classificação qualitativa, pois considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida apenas em número.

A coleta/geração de dados a serem analisados, assume-se como etapa de pesquisa que permitirá a aproximação do cenário da realidade a ser estudada com aporte da fundamentação teórica. Com isso, os dados arrolados justificam a importância da pesquisa em relação à hipótese indicada enquanto problemática da pesquisa.

A análise de dados procederá dos resultados das respostas, sendo a relação do quadro discente dos cursos e suas percepções pessoais ante das relações sociais

⁴ Segundo MALINOWSKI (1976, p. 22), “conhecer bem a teoria científica e estar a par de suas últimas descobertas não significa estar sobrecarregado de ideias preconcebidas. Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil. Mas, quanto maior for o número de problemas que leve consigo para o trabalho de campo, quanto mais habituado a moldar suas teorias aos fatos e a decidir quão relevantes eles são às suas teorias, tanto mais estará equipado para o seu trabalho de pesquisa.”

supracitadas. Essas percepções serão consideradas em consonância com os conteúdos elaborados, sendo o questionário online um instrumento primordial enquanto meio de geração/coleta de dados.

É importante reafirmar o fato da pesquisa desenvolvida ter tido em seu percurso uma crise sanitária mundial. O que pode ter influenciado nas devolutivas do questionário como principal instrumento de coleta/geração de dados em análise. Dito isto, consideramos uma resistência a mais diante das temáticas tratadas.

O instrumento de pesquisa teve como resultado de respondentes quarenta e quatro (44) discentes participantes dos cursos aqui em análise de pesquisa em um primeiro momento. Em um segundo momento, posteriormente a uma nova solicitação da participação voluntária dos discentes dos cursos envolvidos, o número de respondentes subiu para cento e dezoito (118).

As respostas ao questionário se deram em dois momentos. Primeiro momento se refere a apresentação do questionário bem como a importância da participação. Essa apresentação **para** com os coordenadores e representantes discentes ocorreu **dentro** do período de 25 de maio e 09 de junho. O questionário foi fechado para resposta na data de trinta de novembro de dois mil e vinte (30/11/2020). No entanto, ao se passar quatro meses (4) com um total de quarenta e quatro (44) respostas e sendo o questionário o único instrumento de aproximação com os discentes, foi decidido uma nova tentativa em pleitear a participação dos discentes.

Dessa forma, em um segundo momento, ao considerar uma participação baixa dos discentes mais uma vez foi solicitado ao coordenador de Direito e aos representantes discentes do curso de História e Medicina a participação voluntária na pesquisa. A nova solicitação de participação aos discentes ocorreu no dia 21 de outubro e, posteriormente a solicitação houve um aumento considerável de respondentes. O que sinaliza os entraves da pesquisa científica.

Pontuando ainda, que dentre **os centos** e dezoitos (118) respondentes na pesquisa, nem todas as questões foram respondidas na totalidade **dos sujeitos** acima mencionados. Algumas questões tiveram variações referentes ao número total de respondentes em relação ao número que algumas questões receberam. O que também se assume enquanto dado de pesquisa, no caso, o não dito.

Dado o exposto, o questionário, bem como a pesquisa foi previamente e sucintamente explicados para os coordenadores dos cursos e para os representantes discentes do curso de Direito, História e Medicina. Ressalto ainda que a escolha dos

cursos citados partiu da escolha da área de conhecimento e atuação sendo a área de ciências sociais (Direito), ciências humanas (História) e ciências biológica (Medicina).

Ao **das** devolutivas do instrumento de pesquisa (o questionário), alunos do curso de Medicina e História apresentaram questionamentos do “porque” do questionário e da escolha do curso para os representantes de turma. Novamente foi esclarecido, via e-mail e mensagens pelo aplicativo telefônico, as razões da pesquisa e a escolha dos cursos. Todavia, ainda com a disponibilidade e abertura para sanar dúvidas, as não devolutivas inferem uma “não participação”, mesmo que voluntária, dos discentes.

Assim, de um universo de trezentos e trinta e dois discentes (332) do curso de medicina, dado informado pelo representante de turma via e-mail, dois discentes (2) do referido curso responderam o questionário no primeiro momento e no segundo momento esse número chegou a dezesseis discentes (16) num universo de 332 discentes, ou seja, 4,8%. O curso de História, também, apresentou pouca participação, mas mais do que o de medicina em devolutivas do questionário, pois de um universo de cem alunos (100), dado informado pelo representante de turma via aplicativo de mensagem, dezenove responderam no primeiro momento (19), porém no segundo momento esse número chegou a trinta e sete discentes (37) participaram num universo de 100 discentes, ou seja, 37%. No caso do curso do Direito não houve manifestações do porquê da pesquisa, nem da escolha do curso e nem do questionário. Tendo como respondentes vinte e três discentes (23) no primeiro momento e no segundo momento esse número chegou a sessenta e cinco discentes (65) num universo de 550 discentes, ou seja, 14,8%. Em informação passada pelo coordenador do curso via aplicativo de mensagem, há matriculados no curso quinhentos e cinquenta alunos (550). Portanto, somando os três cursos chegaremos a um total de 982 discentes dos quais 118 responderam ao questionário, ou seja, 12,01% do universo o que justifica a inferência do perfil dos discentes.

Considerado o contexto atual decorrido da pandemia, compreendemos com isso as múltiplas situações vivenciadas por todos que podem ter sido motivadoras da pouca participação. Além disso, a evasão dos cursos também deve ser considerada, mas não temos esse dado como fonte.

Contudo, ao analisar os dados densamente é pertinente relevar a proporcionalidade do número de discentes de cada curso com o respectivo número de respondente. Com isso, assinalo que a porcentagem de participação do questionário (respondentes) em relação ao número total dos discentes de cada curso foi de; Direito

14,8%, História 37% e Medicina 4,8%. Outro ponto a ser observado é fato dos cursos apresentarem quantidades de turmas diferentes entre si, logo, um número de discentes são significativamente diferentes. De tal modo, a observação acima descrita nos permite tais ressalvas.

Ressaltamos ainda que, em um total de novecentos e oitenta e dois discentes (982), dos três cursos arrolados (3), o número de respondentes, cento e dezoito (118), estabelece uma margem de aproximadamente 12,01% de participação.

Pontuamos que não foi possível averiguar dos números oficial de alunos matriculados nos cursos supracitados. Dada a situação pandêmica de isolamento social (físico), foram inúmeros enviados e-mails solicitando a relação do total de alunos matriculados em todos os semestres. Esses e-mails foram enviados nos dias 26/05/2020 e 02/06/2020 para o e-mail ...ac.cptl@ufms.br e no dia 10/06/2020 a mesma solicitação foi enviada para o e-mail ..b.cptl@ufms.br. Por não obter respostas aos e-mails enviados, não foi possível averiguar em documentos oficiais o total de alunos matriculados. Ficamos, assim, com os dados obtidos com a representante discente do curso de História, pelo coordenador do curso de Direito e pelo representante discente do curso de medicina. Por mais que o total de discentes seja de 982 nós não sabemos o número total de dos discentes que tiveram acesso ao questionário o que valida considerar o número de 118 discentes como número significativo sobre o qual podemos traçar um perfil válido de discentes pertencentes à instituição em questão.

No primeiro momento de devolutiva, num total de quarenta e quatro respostas (44), obtivemos como quadro, a maioria respondente do curso de Direito (52,3%) e a maioria se identificando do sexo feminino (65,9%), masculino (31,8) e outros (2,3%). Sobre a identificação “racial” (61,4%) se considera branco e não-branco (38,6%).

No segundo momento, de devolutiva com cento e dezoito respostas (118), obtivemos como quadro, a maioria respondente do curso de Direito (55,1%) e a maioria se identificando do sexo feminino (66,9%), masculino (32,2%) e outros (0,8%). Sobre a identificação “racial” (65%) se considera branco e não-branco (35%).

Como indicam os dados acima, há um novo cenário com um maior número de **respondentes**, o que nos permite ponderar que não há mudança significativa para o percentual de uma predominância feminina e uma **maioria branco** para identificação “racial”. Sendo assim, nos concentraremos nos dados do segundo momento para a análise das respostas ao questionário, qual seja, cento e dezoito respondentes (118).

Os dados acima citados evidenciam uma maioria de mulheres na universidade e, em contrapartida, uma maioria em “pessoas brancas”. Passos (2005, p.16) afirma que “percebe-se que são as mulheres brancas que superam em número de matrículas os homens, também brancos: “a taxa de escolarização de mulheres brancas no Ensino Superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%”.

Nas últimas décadas, as assimetrias nas condições de vida entre brancos e negros no Brasil deixaram de ser denúncias do movimento negro e passaram a ser explicitadas nos indicadores de educação, saúde, moradia, mercado de trabalho e pobreza, ficando difícil não identificar o racismo como um elemento estruturante das desigualdades sociais. (PASSOS, 2015, p. 02).

As entre as questões 4 à 22 concerne as análise para identificar o sujeito discente e qual o seu contexto social, assim, visando identificar o perfil discente CPTL. Foram elencadas perguntas como por exemplo: já fez ou faz aula de inglês; já viajou alguma vez para o exterior; seus pais são casados; quantos cômodos tem a casa; estudando na universidade você mora; qual o nível de formação dos teus pais; seus pais falam língua estrangeira; a renda familiar da sua família está entre; com quantos anos os seus responsáveis começaram a trabalhar; você trabalha; você já precisou trabalhar para contribuir com a renda familiar em sua casa; no momento, alguém te ajuda financeiramente.

Essas questões deram margem para compreender que o contexto social dos discentes CPTL envolvidos na pesquisa, a partir do resultado foi possível indicar que os discentes se encontram pertencentes da classe média e classe média alta. Em tempo, os conceitos de classe média e classe média alta, aqui assumem nada mais que uma categorização advinda dos recursos financeiros, trajetórias escolares e acessos aos meios sociais variados. Com isso, o contexto social inferido por meio dos respondentes se apresenta enquanto privilegiado no tocante de não apresentarem vulnerabilidade social.

Abarcando as percepções “raciais”, as questões 23 à 44, totalizando vinte e uma questões, nos orientamos em obter resultados sobre racismo e antirracismo com base no resultado das respostas. Dessa forma, foram elencadas questões como por exemplo: *you select the people you relate to; if yes, what is the most important criterion in your choice; you have friends/as non-white/as; you have been in the house of some friend/a non-white/a; you have dated/stayed with/took/like/crush with someone non-white; If not, you dated/stayed with/took/like/crush if you had*

oportunidade; seus pais concordariam em você casar com alguém não-branco; seus pais concordariam em você casar com alguém branco; você acha que as cotas raciais para o ingresso na universidade são justas; se sim para quem; se não, pra quem; no seu curso você já teve alguma disciplina que abordasse as questões de cor ou “raça” ou racismo; o longo do seu curso você já teve um professor não-branco; você sabe se na sua universidade tem algum professor não-branco; Você já ouviu falar no Ministro Joaquim Barboza; você já ouviu falar em Milton Santos; você já ouviu falar no Aírton Senna; você já ouviu falar de Edson Arantes do Nascimento.

O resultado propiciado por essas questões ao que tange a questões “raciais”, apresentou um panorama de contrariedades por parte dos respondentes, em exemplo, algumas questões tiveram pouca participação, tendo dez respostas na questão 34- “Se não, para quem?” sobre as cotas, tendo como resultado “Para brancos” (22,7%); “Para a sociedade brasileira” (45,5%) e “não-brancos (31,8%).

Em contrapartida, nas questões 32 “Você acha que as cotas raciais para o ingresso na universidade são justas?” Teve o total de participação de cento e dezoito resposta e com resultado de (90,7%) de SIM e (69,3%) de NÃO. Já na questão 33- “Se sim, para quem?” Quarenta e uma resposta com 100% na resposta de “não-brancos”. No entanto, houve variação de número de respondentes, nesse caso, cento e cinco respondeste para essa questão.

Já as questões 45 à 51 (referentes aos conhecimentos e vivências adquiridas antes de adentrar o espaço acadêmico) se estruturam com o intuito de elucidarem as percepções subjetivas dos discentes, como por exemplo: você conhece os primeiros socorros; qual a forma anticonceptiva que acha mais eficiente; em casa, o que você sabe fazer; você já precisou de acionar o PROCON; você acha justo o valor do atual salário mínimo; quanto é o salário mínimo.

Tendo como finalidade uma análise densa de todas as respostas, consideramos todas as variações de número de resposta em relação ao de pergunta. Esse procedimento se deve à máxima de esboçar de maneira científica o perfil discente no contexto de um espaço social considerado elitizado.

Perante as respostas obtidas e analisadas, nos capítulos posteriores, os dados obtidos indicam que há um conflito intrínseco sobre compreensão das relações de “raça”, classe e gênero. No entanto, mesmo com as ressalvas supracitadas, o perfil discente aqui explicitado pode ser tomado como de sujeitos não pertencente das camadas populares.

Dessa forma, compreende-se **que o embate que perante** as desigualdades sociais vivenciadas pelas **maiorias nacionais** pertencentes às camadas populares, defrontam-se com a diáspora da transição social dos não-brancos, dos não pertencentes às camadas altas e médias, **das mulheres do ponto de vista biológico**, ou seja, aos subalternizados conforme anunciado anteriormente.

Qualquer estudo que pretenda surtir mudanças efetivas em nossa sociedade não deve negar que o Brasil é um país racista, classicista e sexista. Portanto, os movimentos e mecanismos que reforçam as lutas pela igualdade “racial”, de gênero e social expressam a sua importância decisiva que pode transfigurar a realidade daqueles que se encontram em ciclo vicioso de opressão e dominação orquestrado por *outrem*.

Dada a urgência em prosseguir com as produções acadêmicas nos próximos capítulos analisaremos as categorias elencadas a partir das percepções discentes resultantes dos questionários aplicados e respondidos. Portanto, no próximo capítulo dissertaremos sobre as questões que tangem às infâncias no tempo cronológico de crianças dos discentes dos cursos em análise.

CAPÍTULO 2: DISCENTES E SUAS INFÂNCIAS COMO CRIANÇAS

Para Qvortrup (2011), emerge uma análise em incluir a infância de modo reflexivo na sociedade e com isso permear um caminho para compreender as crianças com mais seriedade. E ainda, propiciar uma cidadania real às crianças. Qvortrup expõe que

Pessoalmente, entretanto, sinto-me atraído pela conclusão formulada por Franz-Xaver Kaufmann, que sugere que nossa sociedade exhibe uma “desconsideração estrutural em relação às crianças” (“strukturelle Rücksichtslosigkeit”) Há, diz ele, em nossas sociedades, uma “indiferença estrutural” em relação às crianças nos diversos segmentos da vida política, que, como efeito cumulativo, tem conduzido à necessidade de consideração das crianças e de suas famílias. A questão é, entretanto, que isso não acontece em função de uma hostilidade em relação às crianças, mas, antes, em virtude de uma tendência secular, entre os adultos em geral, de considerar prioritariamente outros fatores da vida que não as crianças, em nossa sociedade moderna. (QVORTRUP, 2011, p. 203).

Diante das infâncias dos discentes participantes da pesquisa, o estudo se inclina em considerações acerca da infância e de criança na estrutura social e na contemporaneidade.

De início se faz pertinente pontuar questões prévias do porquê discutir de modo interseccional a categoria acima supracitada. O palco da infância não se pode esvaír das tensões sociais e, para além da infância, para se compreender ações de sujeitos sociais em formação. Entender qual e como foi essa formação desde a mais tenra idade, suas elaborações de memórias e rememoração em seu vir a ser adulto pode nos oferecer pistas para uma melhor análise das percepções dos discentes diante de questões suscitadas pelo questionário. Abrangendo, dessa forma, uma perspectiva de uma análise mais profunda do sujeito em considerar sua formação sem desconsiderar a infância, pois essa categoria emergiu de forma latente ao longo da pesquisa. Segundo Corsaro,

As crianças foram marginalizadas na sociologia devido a sua posição subordinada nas sociedades, e as concepções teóricas de infância e de socialização. Como discutirei mais plenamente no presente capítulo, é comum que os adultos vejam as crianças de forma prospectiva, isto é, em uma perspectiva do que se tornarão - no futuro- adultos, com um lugar na ordem social e as contribuições que a ela darão. Raramente as crianças são percebidas com vidas em andamento, necessidades e desejos. Na verdade, na vida atual, as necessidades e os desejos das crianças são muitas vezes considerados como causa de preocupação por adultos, como problemas sociais ameaçadores que precisam ser resolvidos. Como resultado, as crianças são empurradas para as margens da estrutura social pelos adultos. (CORSARO, 2011, p. 18).

Permanecendo ainda sobre as teorias apontadas por Corsaro (2011), dentro dos modelos reprodutivistas como teoria sociológica, entende-se que a internalização (de forma subjetiva) dos requisitos funcionais da sociedade pode ser considerada um mecanismo para atuação social. Por outro lado, isso pode levar à reprodução social, ou ainda, à manutenção das desigualdades existentes.

Portanto, esse capítulo se dedica a problematizar com entrelaçamento teórico, as questões que abarcam as percepções dos discentes sobre a sua formação social primária, a infância. Nesse período, da infância, a criança recebe ensinamentos frente a princípios, valores e concepções sobre mundo e sociedade por aqueles que assumem o compromisso de instruir o ser em desenvolvimento. Para tanto, como já discorrido, não se pode compreender o presente sem o diálogo com o passado na direção de conclusões plausíveis sobre a realidade a ser investigada, ou seja, o adulto em formação (presente) abarca vivências da criança que ele foi no período da infância (passado). Assim sendo, Kramer indica que

A criança não é filhote do homem, ser em maturação biológica; ela não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em deixar de ser criança). Defendo uma concepção de criança que reconhece o que é específico da infância – seu poder de imaginação, fantasia, criação – e entende as crianças como cidadãos, pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem. Esse modo de ver as crianças pode ensinar não só a entendê-las, mas também a ver o mundo a partir do ponto de vista da infância. Pode nos ajudar a aprender com elas. (KRAMER, 2000, p. 05).

Diante disso, é importante salientar que não foram realizadas perguntas diretas sobre infância, mas sim de situações, conhecimentos e investimentos formativos que advém desde a infância. As questões com enfoque dessa análise se localizam ao final do questionário (45 a 51), mas também ao longo do instrumento de pesquisa. Em exemplo: *4- Já fez aula de inglês; 5- Você já viajou para o exterior; e 18- Você já precisou trabalhar para contribuir com a renda familiar em sua casa?* Tais questões visam compreender de qual infância, qual criança esses discentes são pertencentes. Reconhecendo, deste modo, que há varias infâncias e crianças em nosso país e o que as diferem, para além das questões biológicas, são as tensões sociais em contextos diversos.

Os estudos que se debruçaram sobre a problemática do que é criança e infância, colocaram em um outro patamar os estudos tradicionalistas. Deste modo, forneceram

uma nova base para a sociologia da infância, substituindo a visão individual pela coletiva. Essa concepção compreende a criança enquanto sujeito e como produtora dos processos e movimentos sociais e culturais. Para tanto, aloca a infância não somente como uma fase ou período, mas também como o desenvolvimento do ser humano, ou seja, considera esse período como um processo de formação assume uma relação não individual, mas sim coletiva que vai além do ser (criança) e do social (mundo adulto). Corsaro pondera que

Até recentemente, a sociologia prestou pouca atenção às crianças e à infância. A negligência, ou a marginalização das crianças na sociologia está claramente relacionada às visões tradicionais de socialização, que as relegam a uma função essencialmente passiva. A maioria dessas teorias era baseada em visões derivadas de uma concepção comportamentalista do desenvolvimento infantil que tem sido severamente contestada pela ascensão do construtivismo contemporâneo na psicologia do desenvolvimento. (CORSARO, 2011, p. 40.)

Diante disso, para o autor, a reprodução interpretativa assume o papel de enfatizar a participação infantil nas rotinas culturais e sociais fazendo a interligação da cultura da criança e a dos adultos. Dessa forma, reflete-se que da mesma forma que as crianças são produtoras culturais e sociais, elas também são atingidas, nessa construção histórica-social na sociedade qual estão inseridas. Igualmente, compreender em uma máxima que o fator social, as tensões e relações sociais não podem ser colocadas apartadas nem das crianças, nem dos contextos e realidade de infância. Portanto, pode-se dizer que o contexto social poderá corroborar como determinante na realidade social e cultural das crianças. Isto eleva às indagações sobre o ser criança e o que é infância, não somente em cada momento histórico, mas também em cada camada social. Dito isso, como a educação e as tensões sociais interferem e se relacionam com o mundo singular da criança e sua vivência de infância? Essas dimensões foram suscitadas diante das respostas dos discentes conforme quadros abaixo:

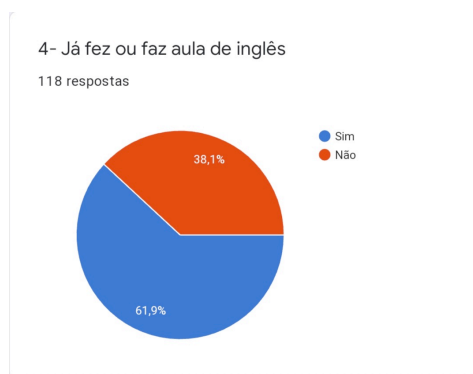


Dissertar sobre isso nos permite tecer ponderações frente as respostas obtidas pelo questionário aplicado, visto que, há uma criança e infância identificada por meio das respostas. Essa criança e infância entendida nas respostas se apresenta em uma estrutura familiar que mora (em maioria) em casa própria, com uma renda familiar que varia de 1 a 3 ou de 4 a 6 salários mínimos e que é branca, diante da identificação dos discentes como mostram os gráficos acima.

Os resultados aqui explanados sinalizam para uma realidade que não é vivenciada **pela massa popular**, tanto pela aquisição da casa própria, bem como pela faixa salarial. Em escala nacional, a média salarial do brasileiro na atualidade é de R\$2.244,00, dados do IBGE que consideram o quarto trimestre de 2019⁵.

Diante disso, vale refletir sobre um panorama de uma maioria populacional se equilibrar em uma média salarial, acima citada, com as despesas básicas como moradia, alimentação e saúde e questionar: Qual ou quanto é o investimento educacional para essas famílias?

Tal provocação tem como fundamento em ter como resultado que parte dos discentes envolvidos na pesquisa já tiveram aula de inglês. Esse dado nos permite entender essas aulas como um investimento educacional. No entanto, é sabido que esse tipo de investimento educacional é uma realidade de uma **minoridade populacional**, a qual se apresenta das respostas dos discentes e se difere da maioria populacional.



Além disso, outro dado de análise apresenta sobre um investimento cultural como mostra a questão 5- *Já viajou alguma vez para o exterior?* Ainda que a resposta afirmativa é de uma minoria de 27, dentro desse universo de 118 participantes, ainda

⁵<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27594-pnad-continua-2019-rendimento-do-1-que-ganha-mais-equivale-a-33-7-vezes-o-da-metade-da-populacao-que-ganha-menos>

assim, o dado expressa uma realidade com especificidades. Essa especificidade se configura em realidade para uma minoria populacional que possuem casa própria, com uma renda familiar acima de média salarial brasileira. Essa minoria populacional ainda faz investimentos educacionais, como aula de inglês e investimento cultural como viagens internacionais.



Apreendendo, portanto, que o sujeito investigado se mostra por suas vivências um pertencimento relativamente abastado em correlação com a **massa popular** brasileira. Isso suscita um questionamento: o ambiente universitário se expressa de fato como um espaço democrático, onde o acesso e a permanência são uma realidade, ou ainda, uma consequência para os jovens brasileiros sem qualquer distinção? Diante dos dados a resposta tende a ser negativa, pois ao contrário do ‘retrato’ da infância dos discentes à maioria das crianças é historicamente negado o direito a ter um futuro universitário.

Criança e infância são noções historicamente construídas e, conseqüentemente, vêm mudando ao longo dos tempos. Não se apresentam de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade, época ou pessoa. Compreendemos assim que existem várias infâncias e crianças de forma objetiva e subjetivamente. Colocar luz sobre a infância das crianças que antes estavam em terrenos ainda marginalizados em termos de estudo e produção científica, evidenciou a riqueza e pluralidade da temática em um terreno fértil, não somente de pesquisa e melhor elaborações de concepções e teorias, mas sim, em avanços para embasar políticas públicas de cunho social e econômico que venham reverberar em um melhor desenvolvimento humano ainda do período da infância, tendo como certa a importância e singularidade do sujeito social que a criança constitui.

Partindo dessa premissa, a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico que faz parte de uma organização familiar a qual está inserida em uma

sociedade, com uma determinada cultura num dado momento histórico. Sendo assim, ela é marcada pelo meio social em que se desenvolve. A criança tem na família, biológica ou social, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais.

A criança deve ser considerada, ainda na sua mais tenra idade como sujeito social, não somente como um sujeito de direitos, mas um sujeito participativo do coletivo, do social, das construções sociais e históricas do espaço/tempo no qual se encontra inserida. Nesse sentido, diante do estudo aqui realizado, convém ressaltar que a infância não pode ser concebida apenas a um tempo cronológico (criança), ou ainda somente a uma etapa de desenvolvimento. Há um lugar social (infância) e simbólico que se estruturam e se estabelecem nas mais diversas culturas e idades do sujeito, ou seja, a infância ocupa diferentes lugares na sociedade e na vida de cada sujeito.

Analisar as questões referentes ao período de ser criança e das infâncias dos discentes enfatiza o quão importante é a criança e a sua infância independentemente do sujeito que pode vir-a-ser. Por outro lado, indica também como esse grupo social se encontra na sociedade enquanto parâmetro para empreender uma formação social que balize a sua atuação na sociedade. Compreendendo, portanto, que a criança deve receber investimentos maciços das esferas sociais, culturais e políticas como forma de assegurar o seu desenvolvimento pleno e, principalmente o direito máximo da infância em seu período de ser criança.

Portanto, encarar os dados com o aporte histórico nos permite considerar que estruturar/renda familiar e investimentos específicos corroboram para uma trajetória educacional em espaços socialmente elitizados, como o caso das universidades públicas no Brasil, que reverberam prestígio social por uma educação de qualidade. No entanto, além de uma educação de qualidade, as universidades brasileiras são públicas e gratuitas, logo, espaço democrático, porém, tal democracia esbarra no flagrante de pertencermos a uma sociedade com abismos sociais.

No próximo capítulo abordaremos, a partir das respostas dos discentes, as dimensões da identidade e do contexto social na tentativa de localizar em alguma medida em que lugar do “abismo social” que alguns dos discentes se encontra.

CAPÍTULO 3: IDENTIDADES E CONTEXTO SOCIAL: PERCEPÇÕES DISCENTES

Assim como indicado no capítulo anterior, a criança forma identidade influenciada pelo contexto social na qual vivenciou a sua infância. Segundo Munanga (2005-2006),

Essencialmente, a representação da humanidade em termos de identidade indiferenciada podia também desembocar na perspectiva de uma tirania do conceito essencialista do homem podia igualmente servir de pretexto para discriminar, do resto da humanidade, os indivíduos ou grupos de indivíduos não correspondendo à identidade específica e para excluí-los, em direitos e em fatos, da humanidade plena e inteira. O romantismo alemão colocou severamente em questão, em sua crítica contra a Revolução Francesa, as virtualidades inquietantes de toda a política dos direitos do homem, acusado de abrir o caminho ao despotismo que se contenta com algumas máximas universais e sacrifica totalmente a riqueza e a diversidade das tradições. À afirmação universalista da identidade intrínseca da humanidade veio se sobrepor uma nova convicção: existe, é certo, uma identidade humana, mas essa identidade é sempre diversificada, segundo os modos de existência ou de representação, as maneiras de pensar, de julgar, de sentir, próprias às comunidades culturais, de língua, de sexo, às quais pertencem os indivíduos e que são irredutíveis às outras comunidades. (p. 48).

Os dados obtidos por meio do questionário aqui analisado articulam as questões com o referencial teórico indicado e as respostas sobre como os discentes se identificam e qual o contexto social pertencem. Igualmente, origem familiar, contexto familiar, realidade socioeconômica e por fim, qual o perfil discente que esse contexto revela. Assim, ao retomar a questão do contexto familiar temos premente a formação que tange o período da infância na máxima de uma relação geracional que se perpetua até a fase adulta em que os discentes se encontram.

As questões a serem analisadas se concentram entre as perguntas de 11 a 21. Tendo como ponto principal o contexto social dos discentes respondentes. Ao ser considerado as interligações das relações sociais como fundantes das múltiplas relações estabelecidas na idade adulta deve-se considerar a formação na infância justificando assim, a explanação sobre infância no capítulo anterior o qual o leitor deve ter em mente ao se deparar com a estrutura identitária e contextual ora problematizada no presente capítulo. Assim, as questões elaboradas tiveram por objetivo tencionar qual o contexto pertencente desses discentes e suas respectivas famílias.

Nesse capítulo concentraremos a análise em algumas questões quais sejam: 11- *Estudando na universidade você mora?*; 12- *Qual nível de formação dos seus pais?*; 17- *Você trabalha?*; 18- *Você já precisou trabalhar para contribuir com a renda familiar em sua casa?*; 19- *No momento, alguém te ajuda financeiramente?*; 20- *Se sim, com qual frequência?* e 21- *Se sim, com quanto te ajuda?*

As questões supracitadas nos permitiram desenhar qual a condição social do discente e, com isso, constituir esse perfil discente. Qual sujeito é esse presente na universidade, espaço com o ideal de entrar, permanecer e transformar. Diante disso, qual a perspectiva dentro da universidade que busca concretizar esse ideal? Quais são os retornos para sociedade dessas produções humanas e sociais?

Dessa forma, em uma discussão teórica sobre nossa construção histórica, cultural e civilizatória, partiremos desse recorte para avaliar e refletir os resultados das questões elencadas nesse capítulo. De acordo com Gonçalves (1999), todas as nações, entendidas como comunidades imaginadas, criam seus mitos formadores de seu povo. Na construção da história de nossa sociedade a questão da relação entre raças, decorre do paradigma da “fábula das três raças” como constituição do Brasil enquanto nação que se deu com a união do branco, do negro e do índio. Segundo Munanga (2005-2006, p. 52-53),

Em primeiro lugar, todos os brancos e negros no Brasil acreditam na “mistura racial” como fundante da sociedade brasileira, geneticamente falada. A pesquisa do genético Sérgio Danilo Pena mostra que todos os brasileiros, mesmo aqueles que aparentam fenotípia européia, têm em porcentagens variadas marcadores genéticos africanos ou ameríndios, confirmando o princípio já conhecido da inexistência de raças puras ou estancas. Não vejo como, salvo numa imaginação criativa, a ação afirmativa possa desfazer a “mistura racial”, desafiando as leis da genética humana e a ação voluntarista dos homens e das mulheres, que continuam a manter os intercursos sexuais inter-raciais. Se as leis e barreiras raciais contra relações sexuais inter-raciais nos Estados Unidos e na África do Sul (*apartheid*) não conseguiram desfazer a “mistura racial”, como é que isso pode ser possível somente no Brasil por causa das cotas? Isso seria atribuir à ação afirmativa um poder mágico que na realidade não possui. Em segundo lugar, sabemos todos que o conteúdo da raça é social e político. Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas. Seria muito difícil convencer Peter Botha e um zulu da África do Sul de que a raça negra e a raça branca não existem, pois existe um fosso sócio-histórico que a genética não preenche automaticamente. Os mestiços dos Estados Unidos são definidos como negros pela lei baseada numa única gota de sangue. Eles aceitaram e assumiram essa identidade racial que os une e os mobiliza politicamente em torno da luta comum para conquistar seus direitos civis na sociedade

americana, embora conscientes da mistura que corre em seu sangue e também da negritude que os faz discriminados.

Voltando à **nossa fabula** das três raças, é possível perceber que ela encobre uma sociedade hierarquizada onde se predomina as desigualdades sociais, com múltiplas possibilidades de classificação de cor, o que denota que a democracia racial é um mito, uma vez que as desigualdades sociais são de extrema discrepância. (GONÇALVES, 1999).

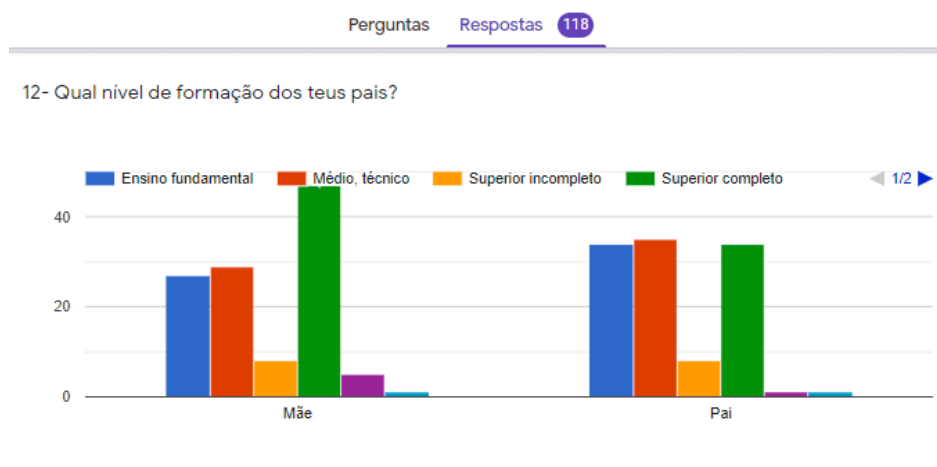
A identidade nacional é construída e pensada a partir do triângulo de raças que traz uma ideia de homogeneidade, visto que essas foram as etnias que construíram a cultural desse país. E em outro momento, na construção da nossa sociedade, a questão nacional foi colocada pelo menos três vezes, com a Declaração da Independência, em 1822; segundo, com a Abolição da escravidão (1889) e, por fim, com a Revolução de 1930. Em cada uma delas a sociedade se posicionava diante das questões relativas à sua afirmação como Nação (GONÇALVES, 1999).

Assim como na colonização, a história ensinada não corresponde com a história real, pois a nossa construção social não foi um encontro cordial e harmônico, mas sim com marcantes conflitos processados no plano político e social. Além disso, os próprios mecanismos didáticos estigmatizam o negro e pregam o etnocentrismo da “raça” branca o que coloca em questão a presença da maioria branca nas instituições públicas universitárias como mostra os dados da pesquisa em tela.

São os recursos e discursos como aparelho ideológico na construção de nossa identidade que falseiam o real interesse de se visualizar uma história de pacificação, na qual uma “raça” dominante argumenta e defende uma homogeneidade subentendida pela miscigenação entre as três raças. Isso está refletido nos livros didáticos que não apresentam o negro como realmente deveria ser visto, pois esses estão sempre em condições de submissão e servidão. **É sabido que o livro didático é o principal instrumento ideológico da escola dentre outros. A criança não vê nele seu cotidiano representado, mas muitas vezes percebe a ausência de pessoas negras representadas e apenas ocupando posições subalternas.**

Em conformidade, os dados obtidos pelo questionário aplicado sinalizam para essa realidade. Constatamos uma maioria branca por parte dos respondentes. Além da identificação, branca não-branca, outros resultados denotam as desigualdades sociais ante a questão econômica/aquisitiva, haja vista que, para esses estudantes há uma rede familiar que subsidiam a permanência na universidade. Com isso, podemos inferir uma

permanência “facilitada” para esses sujeitos na universidade. Dado o exposto, os gráficos ilustram esse panorama do universo investigado.



Do grupo dos discentes participantes da pesquisa fica notório a escolarização de seus respectivos responsáveis que chegaram ao ensino técnico e superior em maioria das respostas. Dentro das respostas obtidas, oito responsáveis possuem título de mestre e doutore, sendo cinco “mães” mestras e uma doutora e um pai mestre e um pai doutor.

Em continuidade e articulando com a questão anterior, seria a escolaridade dos responsáveis o ponto balizador do acesso desses discentes na universidade? Refletindo ainda mais profundamente, há uma relação direta e decisiva sobre a formação dos responsáveis e a longevidade educacional dos filhos?

No entanto, as indagações acima descritas nos movem a tencionar sobre acesso e permanência para aqueles que não compartilham desse contexto educacional familiar.

Outra avaliação se dá ao fato de trinta e dois dos discentes participantes morarem sozinhos. Em relação a despesas, logo, os gastos financeiros não são compartilhados e com isso são maiores inferindo o extrato social a que pertencem.

Entendemos que os motivos para essa escolha podem ser inúmeros, porém, não altera o fato desses discentes se disporem de mais recursos financeiros. Além disso, os que moram com a mãe ou com o pai são a minoria em relação as demais opções, totalizando vinte e quatro respondentes.

Em face disso, levando em um contraponto **de contexto**, Massi, Muzzeti e Suficier (2017) em uma pesquisa sobre trajetórias escolares no Brasil, discorrem sobre as trajetórias educacionais para a elite, classe média e a camada popular. Ao que concerne a camada, os autores indicam.

As mães dos alunos analisados por Portes (2000) pareciam entender o trabalho escolar como uma obrigação cotidiana necessária para a formação do filho. O autor aponta ainda para um planejamento precário e um horizonte temporal bastante curto, decorrente da frágil situação material da família que se desestabiliza frequentemente frente às exigências escolares; bem como, para o fato de que as “circunstâncias atenuantes” não têm efeito importante de forma isolada, assim como Zago (2000) comentou ao se referir às condições desfavoráveis da camada popular [...] Zago (2006) também analisa trajetórias de 27 estudantes da camada popular que frequentam o ensino superior em cursos de maior e menor prestígio, em um contexto que, segundo ela, vem sendo denominado como “longevidade escolar”, casos “atípicos” ou “trajetórias excepcionais”, no qual o desvendamento de práticas familiares e individuais, capazes de gerar essas exceções, seria tão ou mais importante que a constatação da desigualdade. (MASSI; MUZZETI; SUFICIER, 2017, p. 12).

Ao verificar a realidade pesquisada diante da conjuntura social deve-se explanar considerações pela perspectiva histórica. Desde a colonização que o Brasil se mantém em processo de uma unidade que represente sua nação. Por outro lado, esse processo nunca foi de interesse daqueles que querem deter o controle social, uma vez que sabem que esse mesmo controle pode lhes permitir estruturar e manobrar a ordem social segundo os seus interesses.

Pode-se dizer que há interesse por parte da população mais abastada contra uma possível unificação nacional, isto é, contra a diminuição das diferenças sociais em prol do distanciamento entre as camadas sociais. Ou seja, a igualdade de oportunidades não figura no radar das minorias privilegiadas contra a maioria subalternizadas. Tal negação se manifesta, de certa forma, na não aceitação das culturas oriundas dos subalternizados em prol da valorização da cultura europeia que preconiza o branqueamento da população não-branca. Porém o paradigma de convivência harmônica dentre as três “raças” ainda se encontra presente no imaginário social do país. Isso eleva os discursos

sobre a diversidade a patamar integrador, em certos contextos e um outros, desintegrador.

Por ter sofrido com a imposição de uma cultura exterior, nossa nação sofre com a falta da valorização de sua própria herança cultural. Isso difundiu a dificuldade de ser reconhecido, já que se trata de um povo que se constituiu com uma formação diferente do idealizado.

Surge então o paradoxo da identidade brasileira e de uma cultura que acredita ser constituída por todos que aqui se mesclaram. No entanto, a construção da nação, na prática, passou por processos de aculturação por noções historicamente tidas como superiores. Permanecendo nessa dinâmica uma busca inconsciente por parte daqueles que buscam reconhecimento e identificação. (GONÇALVES, 1999).

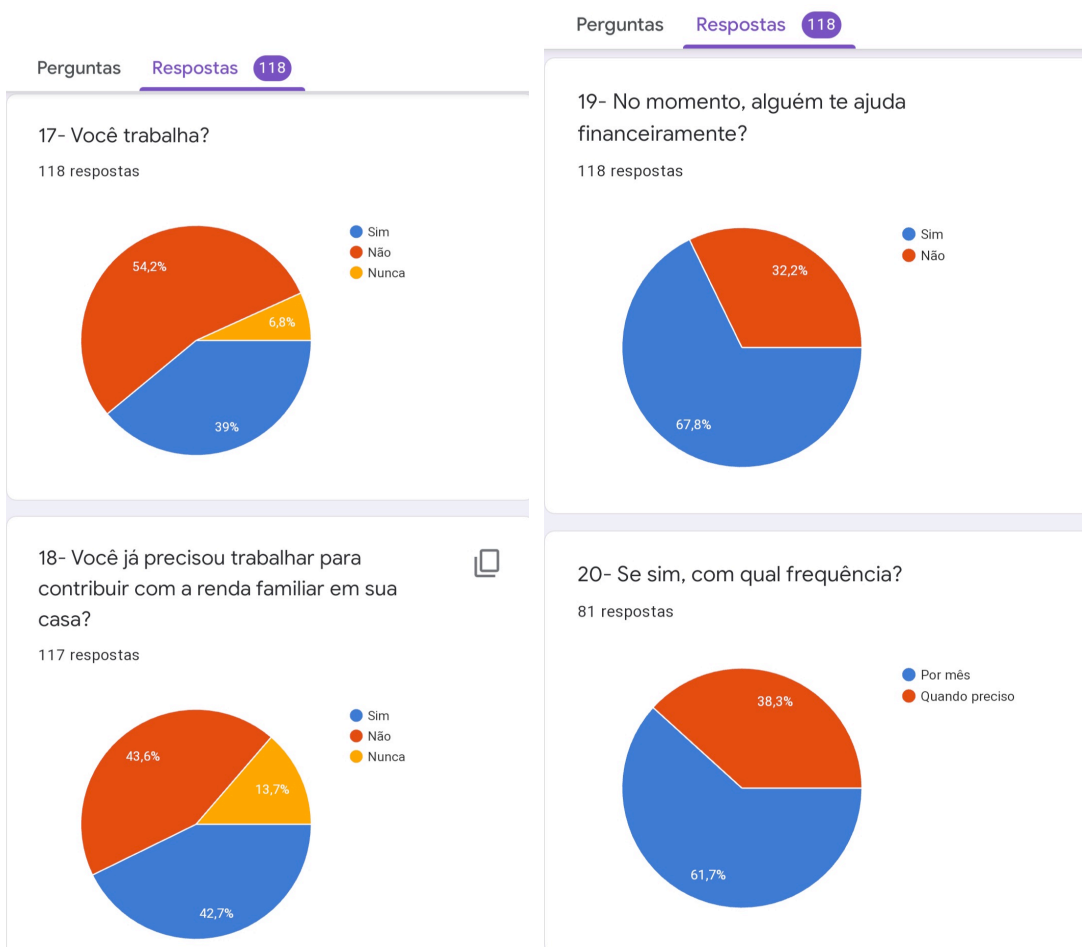
O preconceito não se dá tão somente pela cor da pele, mas sim pelo movimento de não permitir a identificação e a valorização daqueles que de fato construíram o Brasil. O processo de educação por meio do ensino vai enraizando a ideia de um ideal superior com uma cultura dominante, mas nem todos chegaram a esse ideal, pois não são todos que saberão codificar essa cultura nem tão pouco se sentiram incluídos na mesma. Uma vez determinando uma cultura como dominante as demais acabam por se tornarem inferiores.

Esse mecanismo de não valorização e de não aceitação faz com que cada um ocupe o lugar que lhe é destinado desde berço. O discurso de que o Brasil é um país de pluralidade étnica e cultural não resolve a problemática do preconceito historicamente construído, nem tão pouco as desigualdades sociais também historicamente construídas, pois esse discurso não concretiza construção de uma sociedade igualitária. Diante disso alguns resultados dessa desigualdade se manifestam no reduzido acesso das populações subalternizadas à educação superior conforme ilustram alguns dos resultados da nossa pesquisa.

A classe dominante que se mostram adota e reconhece esse discurso, de supressão das oportunidades de acesso ao ensino superior, desde que o mesmo cumpra o processo de selecionamento. Dito de outra forma, filtrar os meios para a não mistura de um povo que se classifica como miscigenado é um meio eficiente de manutenção do distanciamento entre as camadas sociais. Tendo em vista que essa miscigenação só é bem vida quando essa clareia seu povo, já quando essa escurece, a mesma condena ela mostra seus limites de ser aceita.

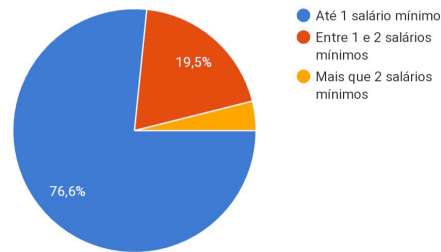
A delimitação de classes sociais tem como plano de fundo a subalternação de um grupo em específico para a manutenção de um sistema. O que implica diretamente em reconhecer que a nossa construção civilizatória é demarca por um passado sombrio e doloroso e com um presente de luta por espaço, respeito e uma democratização “racial” e social em todos os âmbitos sociais.

Como forma de ilustrar as ambiguidades dessa realidade e colocar em palco a universidade pública, as questões 17 a 21 viabilizaram delinear em qual cenário esses discentes se estabelecem. Ao abranger o Brasil em sua desigualdade, quais são as probabilidades dos sujeitos oriundos das camadas populares partilharem desse mesmo cenário? Ressaltamos que não é nossa intenção culpabilizar os discentes participantes por suas realidades, mas sim em deflagrar as desigualdades sociais que desembocam na construção desse perfil discente. Ele, portanto, se revela não referenciada à massa popular brasileira, a qual deveria, diante das condições econômicas, estar em maioria no espaço acadêmico que é público e gratuito. Os gráficos revelam o quão os investimentos familiares pesam sobre a vivencia acadêmica e quanto isso é decisivo.



21- Se sim, com quanto te ajuda?

77 respostas



Os resultados dos respondentes apresentam cada vez mais um perfil de um sujeito de uma classe mais abastada. As questões 17 e 18 em maioria dos respondentes indicaram “não” trabalharem. Consideramos, nessa análise, o fato do curso de Direito ser vespertino e Medicina ser em período integral. No entanto, as questões 19, 20 e 21 revelam a rede familiar desses discentes, com ajuda financeira por mês e com uma média de um salário mínimo.

Em contrapartida, mesmo dentro desse universo de 118 participantes, não podemos ser omissos em assegurar que esse investimento financeiro não é possível para todos os sujeitos de nossa sociedade. Com isso, o que se estabelece aqui, para além do acesso, a discussão ao tocante da permanência nas universidades é urgente, especialmente para aqueles que não contam com uma rede familiar que possa custear financeiramente esses discentes. Em outra ocasião, Massi, Muzzeti e Suficier apontam

Assim como Portes (2000; 2001), a autora ressalta que a chegada ao ensino superior não é natural, até mesmo pela falta de “capital informacional” dos agentes dessa classe sobre o sistema escolar, e que a aprovação no vestibular é entendida como “sorte”. Depois do ingresso os alunos relatam dificuldades de formação escolar e de manutenção financeira no curso, em alguns casos facilitada pela formação de um “pé-de-meia”, resultado de trabalhos anteriores – assim como relatado na pesquisa de Portes (2000), e em outros pelo recebimento de uma bolsa de estudos, voltada para pesquisa ou extensão universitária. A sensação de pertencimento/não-pertencimento desses alunos em relação aos outros alunos de sua turma varia em função do curso estudado. (MASSI; MUZZETI; SUFICIER, 2017, p. 12).

Assim, não é possível entender as demandas sociais vividas nos dias atuais sem antes dialogar com o passado. Somente assim será possível conceber uma explicação coerente para à problemática de como se constituiu a divisão social e a exclusão das

maiorias ao acesso às diversas todas as esferas sociais. Se por um lado a classe dominante exalta a harmonia entre as três “raças” que compõem nossa nação, por outro lado essa mesma harmonia não é e não tem como ser exaltada pelos sujeitos pertencentes a camada popular. Esses, por sua vez, não se fazem presentes nos relatos oficiais que anula as suas perspectivas ao longo do processo histórico.

O reconhecimento é um dos fatores que pode colaborar para uma possível correção do erro cometido no passado que privou nação brasileira de se apropriar de sua construção histórica real. Ainda que essa tenha sido vivenciada com sofrimento, derramamento sangue e lágrimas nas aldeias, senzalas e pelourinhos dentre outros espaços.

Reconhecer esse erro e corrigi-lo de forma oficial é fundamental para dar passos em direção de uma democratização “racial” de fato. Não é nem mesmo lógico falar de uma democracia “racial” sem ao menos ter claro a composição de todas as perspectivas por aqueles que fizeram e fazem a história desse país. Entretanto, como esse erro não foi corrigido e nem mesmo sanado, esse sofrimento se perpetua nos dias atuais. Dialogar com o passado faz com que se reconheça as injustiças cometidas no passado para melhor compreensão das injustiças cometidas nos dias atuais.

A privação de direitos além do sofrimento por parte de todos os tipos e níveis de violação deixaram e deixam feridas abertas em nossa sociedade contemporânea. As roupagens do preconceito para a manutenção dessas privações mudam somente de discursos e falas, mas as vítimas continuam a serem as mesmas. Essa realidade está no passado e no presente ao mesmo tempo.

Diante dos dados percebemos que a população universitária nesse país é majoritariamente branca. O que nos revela que a pigmentação não adentrou os espaços da sociedade como deveria. A única preocupação que era tanto com o fim da escravização como nos dias de hoje é de que os Não-brancos/pobres devem ser apenas instruídos para fins de melhor servir e de ter o mínimo de conhecimento para consumir e se articular com o sistema capitalista.

Esse processo, apresenta-se como natural nos meios sociais. As instituições escolares apenas cumprem e com muita presteza o papel de fragmentar a sociedade (uma vez que as instituições e os espaços educacionais não são e não estão externas à sociedade). Esse é o espaço onde deveria ocorrer o oposto dessa realidade, mas é nesse mesmo espaço que se concentra a população dominante. É de extrema importância entender que esse aparelho ideológico, a universidade, alcança seus resultados

esperados porque o preconceito é um fenômeno social e não biológico. Ou seja, esse fenômeno é ensinado, instruído e doutrinado entre os meios e espaços da nossa sociedade.

Sendo assim, se faz necessário ressaltar os avanços conquistados, que se deram não por olhares bem intencionados partidos daqueles que se mantêm em uma camada privilegiada, mas sim por meio das lutas e dos movimentos sociais. Esses avanços são avanços sólidos e irreversíveis na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, como por exemplo, as lutas por cotas por meios das ações afirmativas. Essas permitiram aos negros, aos indígenas e aos pobres adentrarem no espaço acadêmico e isso não tem como ser voltado **para trás**, é luta vencida.

Outrossim, são as políticas públicas manifestadas nas ações afirmativas, como principais mecanismos de luta pela busca e defesa do direito pela igualdade, que fortalecem valor e reconhecimento social. Por essas lutas que as maiorias sociais persistem em gritar contra as injustiças. Essas maiorias querem que o passado seja minimamente reparado tanto pelo o reconhecimento de que o que foi vivido pelos seus antepassados foi abominação, quanto pela preservação de suas heranças culturais na equiparação de valor com a cultura imposta.

Assim, vislumbrando minimizar as desigualdades sociais e os resquícios de seus efeitos desastrosos. Mesmo tendo se passado mais de um século da abolição da escravatura a luta e o combate contra essas injustiças continuam a ser diárias, mesmo porque essas são gritantes a todo o momento em todo o Brasil.

Esse sentimento de injustiça fica muito bem configurado quando a classificação dos indígenas, dos negros e dos pobres são representados e denominados pela palavra MINORIAS. É claro que essa palavra se restringe somente ao significado de desvaler e não de quantidade. O que interfere diretamente no contexto social atual desse país em correlação com a identidade racial e nacional. Em nossa estrutura de sociedade o poder articulador é composto por um único grupo, ou etnia, que decide e manipula o que deve ser representado, valorizado, ensinado e cultuado e o que deve ser segmentado e inferiorizado em nossa sociedade.

Essa construção se faz necessária para manutenção dos mesmos que se encontram no poder, fazendo reproduzir a história que se início com a colonização. Uma vez que o aparelho de dominação se sustenta com um grupo superior e um inferior, grupos esses classificados por cultura, cor da pele, classe social, aparências

físicas entre outras formas de discriminação. Essa fragmentação é produzida com a desconstrução cultural, o que produz o nascimento do preconceito.

Para tanto salienta Munanga (2005-2006), que não é a raça ou a cor da pele que geram e criam o preconceito e as desigualdades sociais.

O que corrobora nosso ponto de vista de que raça não cria problemas, mas sim a diferença fenotípica por ela simbolizada. A solução não está na negação ou na erradicação da raça, mas sim na luta e numa educação que busquem a convivência igualitária das diferenças. (MUNANGA, 2005-2006).

Os fatos mencionados com base na bibliografias, evidenciam que a trajetória do subalternizados na construção do Brasil foi marcada pela imposição cultural por meio do subjugamento de etnia inferior. Em consequência dessa violência cultural, temos como herança em nossa atualidade o não-branco em cenário tão igualmente de seus antepassados, tanto pela inferiorização imposta quanto a resistência e a luta pela igualdade e equidade racial.

Esse movimento de luta e resistência desde a invasão portuguesa em solo africano para a compra de escravos e, por conseguinte, o tráfico transatlântico, denota a força física e psicológica dos negros. Essa força serviu para sua sobrevivência em todo o período escravista, bem como sua liderança nos movimentos sociais de militância que defende a democratização “racial” de fato, a qual venha viabilizar a imagem do negro e todo sua historicidade como um sujeito livre e liberto das mazelas da construção do preconceito racial no Brasil. Tal preconceito o coloca, na maioria das vezes, como um sujeito subalterno e inferior às demais etnias raciais. Portanto, foram as lutas movidas por esses movimentos que colocaram sob a luz o debate acerca da problemática da condição do negro na contemporaneidade. É preciso mais em todas as esferas públicas e políticas para garantir o acesso e a permanência das populações subalternizadas às universidades. Só assim poderíamos dissertar sobre a presença desses nas universidades e não sobre a sua ausência como resultado dos processos escravocratas de outrora. Para que sejamos uma sociedade democrática, principalmente em educação pública, é preciso que essa seja oferecida com qualidade desde a educação infantil para que a “raça” ou a camada social de origem não sejam condicionantes para esse acesso conforme está anunciado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4: INTERSECÇÕES ENTRE “RAÇA” E CAMADA SOCIAL: PERCEPÇÕES DISCENTES

Deflagrada a herança cultural de nosso processo histórico, como os sujeitos imersos em um espaço de produção de conhecimento⁶ e pesquisa compreendem as tensões sociais sobre “raça” e camada social? Entender quais percepções desses sujeitos sociais concebidos como instruídos socialmente sobre as questões relacionadas à “raça” e camada social passa a ser o intuito desse capítulo.

Etmologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné conhecido em Português como Lineu (1707-1778), o uso para classificar as plantas em 24 raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada. Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos

⁶ Nesse movimento de produção de conhecimento, Kuhn (2011) em seu texto *A Estrutura das Revoluções Científicas*, tece ponderações sobre ciência normal e revolução científica. Desse modo, ciência normal seria a pesquisa firme, baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Entretanto, defronta-se em três classes de problemas, nesse caso, determinação do fato significativo; harmonização dos fatos com a teoria; e a articulação da teoria. O que se constitui em um paradigma. O que para o autor em consequência desse paradigma, decorreria a atividade de resolução de quebra cabeça. Em concordância o autor disserta. “Ao empregá-los na resolução de problemas, o paradigma tornou-os merecedores de uma determinação mais precisa, numa variedade maior de situações. [...] Uma segunda classe mais usual, porém mais restrita, de fatos a serem determinados diz respeito àqueles fenômenos que, embora frequentemente sem muito interesse intrínseco, podem ser diretamente comparados com as predições da teoria do paradigma. [...] Uma terceira classe de experiências e observações esgota as atividades de coletas de fatos na ciência normal. Consiste no trabalho empírico empreendido para articular a teoria do paradigma, resolvendo algumas de suas ambiguidades residuais e permitindo a solução de problemas para os quais ela anteriormente só tinha chamado a atenção” (KUHN, 2011, p. 46 - 48). De tal modo, paradigma pode ser considerado como as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Com isso, a revolução científica decorre quando um novo paradigma vem corroborar ao antigo. Assim, Kuhn (2011) ressalva. “Eles são fontes de métodos, áreas problemáticas e padrões de solução aceitos por qualquer comunidade científica amadurecida, em qualquer época que considerarmos. Consequentemente, a recepção de um novo paradigma requer com frequência uma redefinição da ciência correspondente. Alguns problemas antigos podem ser transferidos para outra ciência ou declarados absolutamente “não-científicos”. Outros problemas anteriormente tidos como triviais ou não-existentes podem converter-se, com um novo paradigma, nos arquetipos das realizações científicas importantes. À medida que os problemas mudam, mudam também, seguidamente, os padrões que distinguem uma verdadeira solução científica de uma simples resolução metafísica, de um jogo de palavras ou de uma brincadeira matemática.” (KUHN, 2011, p. 137 - 138).

fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe. Não apenas os Francos se considerava como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados. Percebe-se como o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes. (MUNANGA S/D).

Não constituindo a finalidade desse estudo tomar como fim a compreensão desses sujeitos e sim uma análise para melhor entendimento dos movimentos sociais que sustentam essas estruturas sociais que permanecem em disparidade no Brasil. De tal modo, como forma de embasar teoricamente o desenvolvimento das reflexões aqui tecidas é preciso que o leitor tenha em mente um aporte histórico da construção da imagem social e das camadas sociais em nosso país.

A partir dos dados do questionário que se apresentam como material de análise para as nossas reflexões sobre a inter-relação entre raça e camada social, consideramos enquanto hipótese que, quanto mais privilegiada a camada social é representativa e **indenitária** é para negros, conforme se apresenta o cenário investigado.

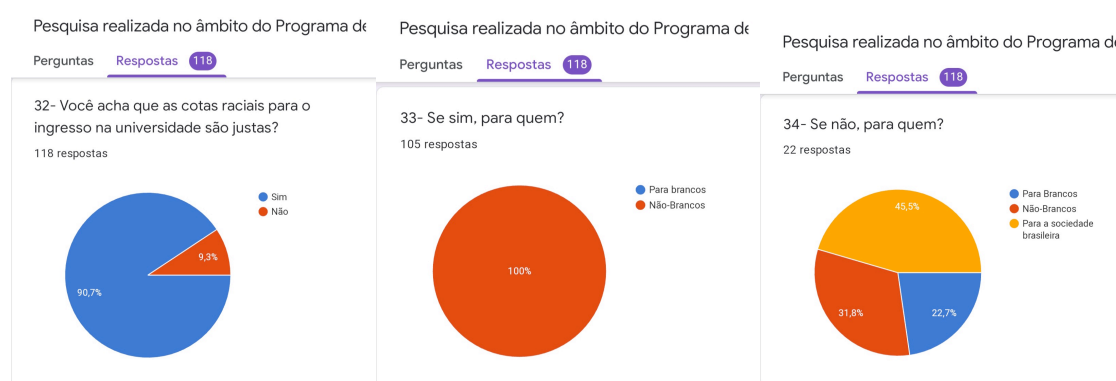
Essa realidade aparece mais nas questões de 23 a 44 do questionário em análise por circunscreverem as inter-relações acima citadas. As questões levam os discentes a assumirem posicionamentos diretos ou indiretos o que possibilita uma análise mais aproximada da realidade sobre as temáticas indicadas diante das respostas.

Em retrato as questões 32- “*Você acha que as cotas raciais para o ingresso na universidade são justas?*” Teve o total de participação de quarenta e quatro resposta e com resultado de (90,7%) de SIM e (9,3%) de NÃO. Já na questão 33- “*Se sim, para quem?*” Quarenta e uma resposta com 100% na resposta de “não-brancos”. No entanto, a questão 34- “*Se não, para quem?*” Sobre as cotas, tendo como resultado “Para brancos” (22,7%); “Para a sociedade brasileira” (45,5%) e “não brancos (31,8%). Sendo importante ressaltar que houve também variação no número de respondentes, para a questão 32, cento e dezoito respostas; questão 33, cento e cinco respostas e questão 34 vinte e duas respostas.

Os gráficos ilustram um movimento de restrições sobre as ações afirmativas. O elas são consideradas justas (100%), mas diante da variação negativa das respostas e a

necessidade de indicarem quem não seria apto a gozar de tais ações, há uma inclinação de ser serem justas para não-brancos (31,8%) e para a sociedade brasileira (45,5%). Essa dicotomia indica ao menos a limitação do entendimento da implantação de tais ações ou o entendimento de uma pseudoequidade de acesso da população brasileira ao ensino superior.

Além disso, outro ponto a ser observado é a variação de números de respostas entre as três questões, pois 118 discentes (100% dos participantes da pesquisa) responderam à pergunta 32; já para a pergunta 33 foram 105 respondentes (aproximadamente 89% dos participantes da pesquisa) e, em contrapartida, para a pergunta 34 apenas 22 discentes responderam (aproximadamente 19% dos participantes da pesquisa). A abstenção de 96 discentes em relação a essa questão denuncia certa abstenção da sociedade brasileira em assumir as injustiças históricas empreendidas contra certas camadas populacionais com inclinação cromática da tonalidade de pele hoje a grande maioria que não frequenta o ensino superior. Tal proporcionalidade dentre os respondentes e não respondentes à pergunta 34 indica uma metáfora da sociedade brasileira em relação ao acesso e permanência ao ensino superior assim como aos bens culturais.



Diante do exposto flagrante sobre a assertiva das cotas serem ou não justas, diz muito sobre nossa conjuntura social, pontuando, portanto, a importância de um recorte histórico ao que concerne as camadas sociais desde outros períodos históricos que estruturaram a História social do Brasil.

Nesse capítulo de maneira articulada com os capítulos anteriores, o perfil discente apresentado por meio dos dados obtidos, evidencia a interseccionalidade dentre questões sociais que são centrais para o entendimento aproximado do perfil geral dos discentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três

Lagoas (UFMS-CPTL). É sabido que não podemos falar separadamente das tensões sociais, aqui abordadas em forma de capítulos apenas para fins didáticos. Mas, as mesmas podem se manifestar até em um único sujeito, por exemplo quanto mais num estrato de 118 discentes.

Entendemos que a demanda social de nossa atual conjuntura social, nos remete ao diálogo com o nosso passado para elucidar o diálogo dentre os demais grupos sociais a partir da reflexão sugerida pelas respostas dos discentes, pois deflagram a ausência de certas camadas da população na universidade. E com isso, a pretensão de compreender, nas dimensões da UFMS-CPTL, a problemática do acesso dessas populações em tais instituições. Nesse caso “acesso e permanência” não podem ser tomados em consequência reivindicatória, pois certas camadas simplesmente não chegam quanto mais permanecer nas universidades. São silenciadas. Mesmo sendo decisivas na construção social do Brasil.

Assim, a equidade da sociedade não pode ser embasada somente pela possibilidade do acesso ao ensino superior. As mazelas sociais estão para além dos muros das universidades como pode acreditar certo senso comum da visão de que homens educados não passam fome ou são livres para construir uma história diferente de seus antepassados sem as condições sociais adequadas. Desconsiderando as condições que o meio social exerce sobre o sujeito e, com isso, o coloca em posições de pertencimentos segundo suas origens, suas características fenotípicas e sua posição de classe social. Esse movimento de pertencimento originou a nova condição das camadas populares no país que outrora eram escravizadas e agora marginalizadas. A liberdade, no contemporâneo, se limita ao consumo ou a sua própria sorte do empreendedorismo neoliberal nefasto.

Entretanto, representatividade das camadas populares na produção brasileira, é sistematicamente inferiorizada para **sustentar a servidão não voluntária**. As mudanças políticas, para a vida das camadas populares, tornam-se condição primordial para a sua subserviência e vivência. E isso explica o movimento de exercer reivindicações de acesso dessas populações às universidades, por exemplo. A exploração por meio da limitação de acesso às universidades pode contribuir para a inferiorização que pode gerar um mecanismo de controle social. Seguindo essa perspectiva, o grande esforço das instâncias governamentais pode ser promover a modernização das instituições universitárias sem acabar com a possibilidade do acesso e permanência das camadas populares.

Isso demonstra que os avanços políticos podem atender não somente a lógica do mercado, sistema econômico, mas também a relação sobre a ótica de que as leis podem sim avançar e beneficiar a sociedade. Com tudo, esses benefícios decorrentes dos avanços legais não são efetivados a todos os sujeitos sociais que compõem o todo da sociedade. Nessa relação, além da exclusão institucionalizada, o Brasil concomitantemente se constitui discriminador.

Diante da negação das possibilidades de **aceder** a outras instâncias institucionalizadas, o sujeito não alcança direitos de um cidadão remetendo-se a um sujeito sem qualquer possibilidade de trânsito social. Entretanto, essa visão pode ser equivocada, pois a universidade não se configura em única instituição que pode possibilitar a mobilidade social, ela é uma delas. Essa visão estereotipada decorre do fato de que para a maioria das pessoas e, principalmente aquelas oriundas das camadas populares, a condição de excluído torna o ensino superior algo inalcançável. Uma vez que o processo de formação, no ensino superior, não é direcionado para as camadas populares, a esse grupo em específico, a educação está sendo, de fato, negada.

A resistência para com esse grupo específico, faz com que o sentimento de excluídos emane dentre as camadas populares em diversas dimensões interseccionadas. Tais camadas se encontram em condição de submissão longe de serem consideradas iguais no que tange ao acesso às instituições de educação superior. Por outro lado as mulheres, também, maiorias na sociedade, porém minorias na ocupação de posições e espaços privilegiados do ponto de vista hierárquico em instituições estruturais se fazem maioria nos dados da pesquisa. Esse fato inspira as reflexões do próximo capítulo cujo título é: “implicações da categoria gênero no contexto da pesquisa: o gênero discente.”

CAPÍTULO 5: IMPLICAÇÕES DA CATEGORIA GÊNERO NO CONTEXTO ACADÊMICO

O presente capítulo se estruturou em analisar a questão de gênero com base em referencial teórico sobre a construção e conceitual da terminologia, bem como nos processos históricos dos avanços e conquistas por meio dos movimentos sociais. Não é nossa pretensão realizar uma revisão bibliográfica sobre o conceito gênero, no entanto, a categoria de análise assume a sua relevância diante dos dados obtidos.

Considerando a categoria de gênero como cultural, social e histórico, assume-se, portanto, uma análise pela ótica da historicidade, não somente pela complexidade que abarca a categoria de gênero, mas sobretudo pelos movimentos e lutas sociais que propiciaram a discussão e, conseqüentemente, mudanças nos tecidos sociais, ainda que timidamente.

De início se faz pertinente pontuar questões prévias do porquê discutir de modo interseccional as categorias de análise acima supracitadas. Entendendo, assim, a urgência em se pensar de forma relacional as formas diversas de subordinação que sujeitos generificados vivenciam por meio das relações de poder.

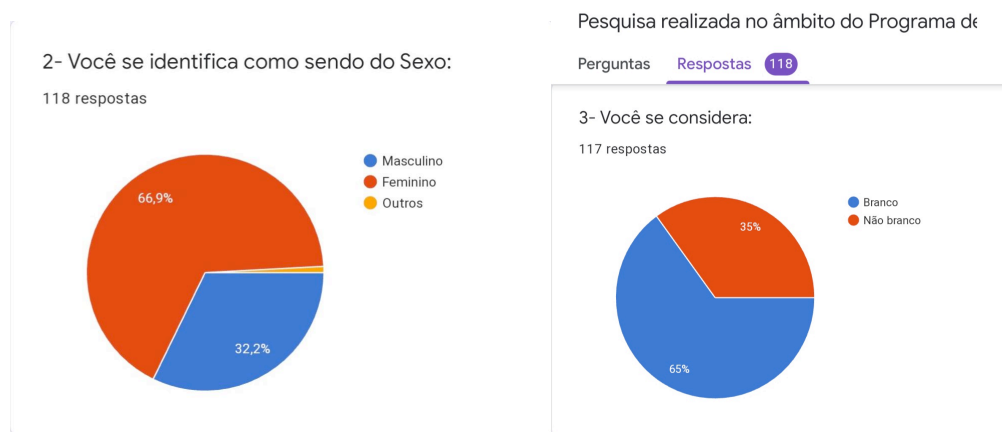
Dessa forma, levando em consideração a importância da produção científica desenvolvida no âmbito acadêmico, sendo esse espaço que tem enquanto proposta um desenvolvimento científico que reverbera em mudanças sociais, como os movimentos que abordam e defendem as questões de gênero, raça e classe apresentam mudanças tanto no espaço acadêmico, quanto nos espaços sociais. Que mudanças são perceptíveis nos mais diversos espaços sociais? Ainda que avançando nas lutas, nos movimentos sociais, como se apresenta a representatividade do plural, diverso e democrático de fato.

Assim, ao se considerar as demandas sociais tão urgentes, a universidade enquanto espaço, processo e caminho de mudanças sociais, dado o processo da construção de conhecimento por meio da ciência, nos permite avançar propendendo para uma sociedade mais igual e para além disso, uma sociedade que de fato venha ser livre simbolicamente e materialmente para todos os sujeitos.

Asseverando, de tal modo, que os espaços sociais em nossa sociedade segmentam e fragmentam nossa sociedade produzindo a classificação por camadas sociais que se distanciam de forma discrepantes entre si. Com isso, emerge a seriedade em discutir sobre as múltiplas formas de opressão com a perspectiva da

interseccionalidade, bem como a produção científica e a representatividade desses sujeitos.

Sendo assim, analisando a questão 2 – *Você se identifica sendo do sexo?* Tendo como maior parte em respostas o sexo feminino 66,9% do total respondente. Assumindo uma maioria sobre o sexo masculino, o dado expressa pontos de análises relevantes para a pesquisa. O primeiro dado expressa uma maioria de mulheres. E o segundo dado, questão 3- quando analisado a identificação racial, a maioria se identificou sendo branco (65%) e não brancos (35%).



Diante disso, as análises aqui desenvolvidas se guiaram no conjunto dessas duas questões que nortearam a discussão do feminismo e seu surgimento e na mesma importância o feminismo negro no Brasil.

As desigualdades entre os gêneros, sendo uma construção histórico-social, tem como estrutura uma resistência em articulação de discussões e de políticas públicas que permitam a ruptura com essa construção **demarcada pelo imperialismo do homem no poder**. Assumindo assim, uma sociedade organizada e estrutura segundo seus interesses e anseios, os quais beneficiem mais esse sujeito enquanto macho e masculino, do que as demais construções e definições de gênero.

A conceituação da palavra gênero emergiu do movimento feminista, que por sua vez, foi um movimento de se iniciou por um grupo de mulheres brancas e de elite que eram militantes no universo acadêmico, que visavam um caráter político para a mudança social da diferença baseada no sexo igual a desigualdade, tendo o gênero como categoria social, sendo ele acima de tudo imposto como diferente **de sexo**.

Ainda como processo histórico no movimento feminista e da ideia central do conceito de gênero, essa ideia nasceu com a escritora francesa Simone de Beauvoir

(1908- 1986), sendo ela umas das mais importantes feministas da história. O movimento do feminismo que ficou conhecido como Segunda Onda teve Beauvoir como precursora com a sua obra, O segundo sexo (1949), **essa obra resumiu o quão gênero se difere de sexo**, a autora escreveu a seguinte frase que trouxe essa visibilidade literal: Não se nasce mulher, torna-se mulher.

Continuando, a autora com suas análises levantou indagações **entorno** do sexo feminino e da construção social de ser mulher, dizendo que para quem ser do sexo feminino não bastava para se mulher. E ainda, chamando atenção para as inúmeras construções sociais acerca de ser homem e, especialmente de ser mulher, ela questiona em sua obra “O que é mulher?”. Questionando ainda se ser mulher é fato de se possuir um útero. Com essas questões levantadas, Beauvoir conclui que; “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade”.

No entanto, sendo essa problemática de Gênero, tão complexa e contraditória, a sua conceituação reside de diferentes visões e posicionamentos que propiciou interpretações distintas. Assim, as distintas formas de lutar, como também as distintas “classificações” **de mulher e de como ser mulher, mulher essa que represente ou não o ideal de modelo a ser seguido, que contemple ou não o ideal de mulher a ser maternal e em prol do lar feliz, como um modelo ideal de família enquanto religiosa e patriarcal.**

Essas interpretações distintas acaloram as discussões que envolvem a complexidade das construções sociais impostas tanto ao homem, quanto a mulher. . Gênero seria, portanto, todos os aspectos construídos historicamente, que poderiam residir sobre um indivíduo. No tocante aos comportamentos, aos interesses, as vontades, no modo de se vestir entre outros comportamentos de ser mulher e de ser homem. Contudo, esses comportamentos que classificam e denominam o que é ser homem e o que é ser mulher, juntamente com o corpo, enquanto corpo biológico, por tanto, imutável e binária, quando incidi no gênero abrange em multiplicidade de identificações e designações.

Sendo essas construções que segmentam e fragmentam as relações entre as diferenças dos sexos, dos gêneros e na pluralidade e multiplicidade das identificações e designações do eu subjetivo e coletivo. Estando esse ideal tutelado e imposto como o ideal a ser atingido e esperado a ser vividos por todos.

Com isso, quando se estabelece um “Ideal” a ser alcançado e como modelo e padrão de normalidade, constitui-se uma pirâmide social e de valor social para com os

sujeitos envolvidos nessa configuração social, onde o que não se encontra como modelo ideal e com um padrão de normalidade, se concentre no nível mais baixo da pirâmide, no caso, a base. Essa configuração de sociedade em forma de pirâmide, demonstra que os direitos sociais e políticos se restringe somente a quem se encontra no topo dessa pirâmide, já aos que se encontram na base, as restrições desses mesmos direitos. Assim, salienta Butler.

Recentemente, essa concepção dominante da relação entre teoria feminista e política passou a ser questionada a partir do interior do discurso feminista. O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do “sujeito” como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres. Os domínios da “representação” política e lingüística estabeleceram a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida. (BUTLER, p. 18, 2003).

Para tanto, se faz de suma importância os movimentos sociais, como por exemplo, os movimentos feministas que visam não somente discutir as concepções de Gênero, Corpo e Sexualidade, bem como a equidade entre essas construções.

Esses movimentos de lutas, além de se ater para os avanços enquanto garantia de direitos iguais para todos, empenha-se para ter visibilidade com importância e valor de debate social, tanto nos espaços acadêmicos, quanto em todos meios de transitos sociais. Pois, assim sendo, esses debates permitem as mudanças sociais, ou ao menos um mecanismo em dar voz que a configuração social, no caso, patriarcal e machista, não é uma configuração que represente a maioria da sociedade no âmbito de conformidade, por assim dizer. Porém, é necessário ressaltar que ser que se dizer feminista com discurso político e com posicionamento político, não resolve a questão das desigualdades entre os sexos e os gêneros. Nesse sentido, Butler acredita que

Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo por parte de “mulheres” que o feminismo afirma representar - sugerem os limites necessários da política da identidade. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente “estratégicos”, não resolve nada, pois as

estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. Nesse caso, a própria exclusão pode restringir como tal um significado inintencional, mas que tem consequências. Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação. (BUTLER, p. 22, 2003).

As demandas sociais se mostram em movimento de mudança. O surgimento do feminismo e, por conseguinte, sua construção histórica e seus avanços revelaram e debateram a desigualdade entre os sexos como uma forma de estruturação de poder nas relações homem-mulher com base na construção de macho-fêmea com o dispositivo de superior e inferior com o discurso falseado de forte-frágil. Além de sair da condição de sexo binário, com teóricas feministas que defendem que, o gênero enquanto cultural torna se a o destino do corpo do sujeito, assim como sua biologia é o destino do seu sexo.

O que demonstra que gênero, segundo essa construção cultural é tão fixa e determinada, quanto à construção de que a biologia do ser determina qual o seu sexo. O que se pode ter em análise dessa discussão para distintas interpretações, e que o significado de construção parece basear-se na polaridade filosófica convencional entre livre-arbítrio e determinismo.

A discussão de gênero na desconstrução para que se constitua uma nova construção da noção de corpo e sexualidade, necessita e visa uma leitura mais contemporânea e equânime entre os gêneros masculino e feminino, que ao longo do processo histórico se consolidou com abismos de diferenças de um para com outro em valor de juízo perante a natureza biológica, sociedade e religião.

Essas diferenças fizeram com que as desigualdades entre homem e mulher e entre homem e as demais definições de gênero, corpo e sexo existissem em todo o âmbito de convívio social. Nesse sentido, o homem biológico e de gênero masculino se encontra no topo da hierarquia de poder entre os demais grupos de indivíduos que se encontram abaixo dessa hierarquia, cabendo a esses grupos uma normatização de respeito e ideal culto ao homem biológico e de gênero masculino, como líder das sociedades antecessoras e atuais.

Nesse sentido, a presente discussão parte da importância de se romper, ou, de se fazer uma nova análise para melhor esclarecimento da relação biológico-natureza (sexo) e o cultural (gênero). Dito isso, revela-se a importância em salientar o quanto essa discussão de gênero se apresenta em conflito e demarcada pelos processos

historicamente produzidos da relação macho-fêmea e homem-mulher em suas posições e ocupações dentro das configurações de sociedade.

Se faz pertinente entender que esses abismos entre sexo e gêneros e as desigualdades por eles produzidas não é algo contemporâneo. Todavia o que ocorre hoje (contemporaneidade) é o fato de não mais se encontrar um “conforto” entre essas desigualdades tanto da visão de identitária de corpo, gênero e sexo e a complexidade que abarca essas definições, quanto da visão de propriedade individual e subjetiva dessa visão identitária.

O que ocorria no passado nas relações de opressão e submissão tutelada e aceita entre macho-fêmea e homem-mulher, nada mais era que uma construção de superior-inferior e reprodutor-procriador, assim tidos como consequências naturais.

Essa construção, assim como toda construção histórica- cultural produzidas geram raízes profundas dentro das formações de sociedades vivenciadas pelos indivíduos a qual tonar-se como “natural” certos comportamentos entre os indivíduos envolvidos nesses contextos.

Com isso, a sociedade em sua formatação **de** histórica, solidifica essas afirmações de superior-inferior e os comportamentos que dão aparatos para tais afirmações que tem como consequências as mudanças de novos ideais de igualdade. E isso acontece de forma lenta e de intenso conflito para que **se emergja** discussões que propicie as mudanças dos parâmetros de um único sexo e gênero deter o poder e valorização social.

A mulher no passado e ainda hoje, por nascer biologicamente fêmea é educada para se tornar mulher, no caso, uma construção cultural, assim pertencendo ao gênero feminino sendo representado pelo domínio da moral, da religião, da hierarquia assumida pelo macho.

Essas construções culturais conduzem práticas de violência física e moral contra mulher e sua subalternização de uma resignificação de corpo e identidade perante o culto do homem em sua máxima de representação de valor social e moral dentro das instancias sociais. Sendo a mulher frágil (inferior) ao homem forte (superior) e sendo esses dois sexos (macho-fêmea) e gêneros (masculino-feminino) ideal de normalidade, a pluralidade e a multiplicidade do ser se traduz em uma anormalidade dos padrões aceitos e defendidos em nossa sociedade machista e sexista (BANDEIRA, 1999).

Existe uma dificuldade em conceber que as diferenças entre homens e mulheres não se restringem a anatomia biológica, mas sim em uma biologia social. O que faz o

indivíduo ser homem, mulher entre outras definições é o comportamento que o mesmo vivencia.

Na sociedade brasileira, a mulher é vista e representada tradicionalmente referida à condição biológica esfera familiar de procriação. Já o homem está representado na esfera pública, nesse cenário, a mulher-maternidade e homem-trabalho. Com isso, fica-se claro que a determinação biológica não é resposta totalizadora para definição de mulher-feminino e homem-masculino quanto às posições e os significados para serem tão desiguais socialmente e culturalmente.

Assim, essa determinação biológica por si só não embasa as desigualdades sociais produzidas enquanto meramente “natureza”, o que permite reflexões para esclarecer que essas desigualdades dos sexos foram e são desigualdades produzidas por gênero, ou seja, uma prática histórico-cultural. Tanto a mulher quanto os homossexuais, lésbicas, transexuais, bissexuais entre outros grupos que estão à margem do padrão normativo e do ideal superior do poder do homem, sofrem com a repressão na luta por equidade de direitos políticos e sociais não só no Brasil, mas sim no mundo.

O que demonstra o quão difícil é a desconstrução das heranças culturais juntamente com os interesses políticos sociais de se manter essa estrutura de hierarquia do homem “naturalmente” mais forte que lidera e controla os seus subalternos na hierarquia de poder.

Na perspectiva de gênero (corpo) na construção do corpo, o que se pode concluir é que socialmente o corpo biológico não contempla a todos em suas mais variadas necessidades de se sentir identificado, ou, reconhecido com sua natureza não biologicamente anatômica. O corpo como um ideal de identidade não pode ser restrito a essa biologia anatômica, pois a pluralidade real e existente da sociedade não mais permite uma definição bipartidária (mulher e homem), por assim dizer.

Por tanto, o corpo biológico não pode ser exclusivo e excludente dos corpos sociais, culturais e perpassados pela historicidade. **Cabendo ao gênero como dispositivo de comportamento a inclusão das várias e iguais identidades dos sujeitos**, bem como respeitadas como iguais dentre as definições pré estabelecidas historicamente como únicas e ideais dos padrões normativos.

Ressaltando, porém, que a mulher ainda que construída historicamente como sexo e gênero “normal”, está longe de ser igual no sentido de equidade, com o sexo e gênero homem. Nessa perspectiva, o que se restringe a mulher como “normal” não sendo somente natural, se da pelo fato da mulher ser e dever ser subserviente ao

homem, com isso criasse um modelo ideal e normal e aceito socialmente de ser mulher, (BANDEIRA, 1999).

Ainda que nos dias atuais isso ocorra de forma implícita, por conta dos debates e discussão na luta e avanços das mulheres por seus direitos e garantias, gera-se uma preocupação **entorno** dos discursos ditos e visto como “machistas”, mas em regra essa condição subserviente acontece de forma explícita e tutelada, hora pela historicidade, ora pelos mecanismos sociais e políticos de controle para essa estruturação. Em outras palavras:

A crítica das mulheres abalou a crença de todo ilusória de que a cidadania tem funções de integração social e de que garante, ipso facto, a equidade social, absorvendo e regulando os conflitos interpessoais. Contra argumenta-se que a cidadania, tal qual definida formalmente (direito ao voto, à educação, ao trabalho, à política etc.), não poderia absorver e regular os conflitos interpessoais, visto que estes estão mais enraizados nos costumes [e nas estruturas sociais] do que nas desigualdades sociais (SUÁREZ; BANDEIRA, 2002, p. 302).

A discussão da conceituação de gênero tem como objetivo não só a indagações acerca das relações de sexo e suas representações, considera também a discussão **entorno** das relações de poder e das relações de hierarquia. **As relações de poder emergem das diferenças percebidas entre os sexos e com isso acontece uma organização social a parti da distinção entre masculino e feminino.**

Se compreendermos o modo pela qual as diferenças são construídas, compreenderemos a **maneiras** como seus significados se apresentam e qual a importância de tais diferenças para que haja um único sexo como superior o que resulta na violência de gênero. Assim, Bandeira (2014) discorre:

Em outras palavras, ao escolher o uso da modalidade **violência de gênero**, entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes. A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos.

A sexualidade também sendo uma construção histórico-cultural, não pode ser posta como única ou como parâmetro, pois as diferenças se configuram e variam conforme as situações culturais sociais próprias. A sexualidade fixada na biologia nada mais é do que uma forma de controle de corpos. Porém, nos últimos tempos, as variadas formas e configurações de sexualidade estão em pleno processo de transmutação,

explorando os ditames de uma moralidade patriarcal, religiosa, hegemônica assentada no casamento tradicional.

As novas identidades têm propiciado as rupturas com os modelos tradicionais e singulares, sendo essas novas identidades a visibilidade de padrões novos “machcões”, da variedade de homossexuais, lésbicas, travestis entre outras variadas formas de resignificação de identidade. Com isso, pode se dizer que o sexo é algo separado das condutas sexuais do sujeito.

Sendo assim, a sexualidade em sua máxima de expressividade, deve ser uma singularização de cada sujeito em seu processo único e íntimo de identidade e identificação é não uma singularidade universal que determina e estabelece a identificação e identidade do sujeito antes mesmo que se sujeito possa escolher a qual gênero e sexo querem pertencer. Bem como o seu corpo tanto biológico, quanto social-cultural.

A questão da universalidade da identidade feminina e da opressão masculina sobre as demais identidades de gênero aponta para um condicionamento de subserviência nas relações estabelecidas pelas culturas vivenciadas pelos sujeitos envolvidos.

Portanto, os mecanismos de não “aceitar” as demais identidades e as variadas e variáveis identificações de sexo, corpo e gênero, legitimam e asseguram que a sociedade continue e assuma-se como uma sociedade machista, patriarcal e acima de tudo intolerante ao não “normal” e “natural”. Todavia, a luta feminista, bem como os demais movimentos que lutam em defesa da igualdade entre todos os sujeitos sem definições.

Sendo gênero uma concepção que emergiu do movimento feminista, denota, portanto, que o interesse de mudança não partiu de quem se encontrava/encontra no poder e no controle social, ainda que esse movimento tenha tido início em espaços acadêmicos, por mulheres brancas e de elite, o que pode subentender que esse grupo por uma questão classicista, encontra no poder. Porém, por esse mesmo grupo ser um grupo de mulheres, esse grupo se contra abaixo do poder e condicionadas à subserviência ao homem.

Com isso, os movimentos iniciaram em um cenário que a mulher era sinônimo de procriação, ideal de boa filha, esposa e mãe sem mais ocupações, cabendo a esse grupo apenas a submissão. A emancipação da mulher no tocante de ser mulher e de ser mulher com direitos que asseguram as mesmas igualdades diante do homem transitam em terrenos ainda arenosos. Entretanto, vale a ressalva de que feminismo negro abre

aspas para mulheres de diferentes países, culturas, classe, tempo e lugar. Nesse sentido, a interseccionalidade contribui para identificarmos essas mulheres dentro de suas respectivas individualidades.

Por sua vez, não se podem negar os avanços conquistados tanto pelos movimentos feministas, quanto pelas lutas de mulheres “não feministas” e que ainda assim, lutaram/lutam contra a ditadura da inferiorização da mulher em suas capacidades e competências de concorrência direta e indireta ao homem.

A efervescência dos movimentos feministas emergiu novas pautas da luta pela igualdade entre os sexos. Nesse curso, no final da década de 70 Lélia Gonzalez desenvolve seus escritos à temática da interseccionalidade. O desenvolvimento desse pensamento teórico se desenvolveu inicialmente nos países anglo-saxônicos enquanto categoria de pensamento e estudo desenvolvido por Kimberlé Williams Crenshaw (1989), jurista norte americana que articula aos múltiplos sistemas de subordinação por diferentes eixos de poder. (GONZALEZ, AMARAL, 2017, p.64).

Logo, a interseccionalidade seria um conceito que intenta “[...] capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177), buscando evidenciar como diferentes sistemas discriminatórios, tais como o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe, produzem desigualdades estruturantes nas posições de mulheres, mas também de raças, etnias ou classes. Tal perspectiva contribui de modo significativo para as análises relativas à densidade e à letalidade da violência que incide sobre as mulheres negras.

Tangenciando com as demandas sociais brasileira, o feminismo negro no Brasil vai se estruturando e configurando por meio dos movimentos e conjuntos de diversas mulheres negras brasileiras que evidenciaram a emergência do debate sobre racismo e sexismo.

Dessa forma, o movimento do feminismo negro no Brasil, mesmo reconhecendo sua herança do feminismo da mulher branca de classe média, se norteou em uma identidade da mulher negra que enfrenta a violência simbólica e social por ser mulher e por ser negra. Assim sendo, a realidade vivenciada pelas mulheres negras ressalta atenuantes para além das questões de fenótipo e genótipo.

Com a falta de espaço político de suas próprias urgências e tendo os espaços em um segundo plano do feminismo e no próprio movimento negro, as pensadoras percussoras de uma identidade própria de suas vivências reais se debruçaram em

produzir conhecimento para então alcançar o espaço público com as suas especificidades.

Gonzalez, inicia seus escritos ao que concerne as relações de poder e de opressão do negro e da mulher. Entendendo, portanto, diante de sua realidade, mesmo sendo escolarizada e com ascensão social, que os preconceitos raciais e sexistas não deixaram de existir em seu cotidiano. “Para ser fiel aos seus dizeres bem ao jeito brasileiro: “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista” (GONZALES, 1988).

O tornar-se negra se configura então em uma identidade que impõe uma ruptura com a democratização racial e social do Brasil, pois tornar-se negra reverbera ao pertencimento racial de um não branqueamento social. Que nada mais que um outro mecanismo de controle social, haja vista que, se os corpos negros despertam interesses “positivos”, logo esse corpo é embranquecido, como exemplo, a mulata.

Dado o exposto, no tocante do corpo negro feminino, há então um movimento em se debater o que representa e como é posta esses corpos em nossa sociedade. Notando-se que dentro dos mecanismos de opressão há uma hierarquização de poder sobre aqueles a serem explorados e inferiorizados. Em conformidade, Rios e Ratts (2016, p. 395):

De fato, a autora figura como uma das antecessoras do conceito de interseccionalidade como uma questão teórica e política. Podemos dizer que Lélia Gonzalez trabalhava esta proposição em três planos: entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo).

No plano social e político brasileiro, a autora se inclinava em apontar as máximas da opressão da mulher, principalmente de raça e classe social. Assumindo com isso a importância da militância de mulheres negras nos movimentos sociais políticos em busca de um fortalecimento de uma identidade específica.

Compreendendo assim, a tríplice discriminação que as mulheres negras vivenciam diariamente, desde salário abaixo da mulher branca a vulnerabilidade constatada ao longo da historicidade deflagrados pela condição social e a exploração sexual da mulher negra. Para tanto, Gonzalez disserta

a gente constata que, em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher.[...] Por essas e outras é que a mulher negra

permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual). (GONZALEZ, 1982, p. 9).

Entendo, assim, que o entrelace das relações de poder/opressão deve ser debatido com enfoque entre raça, classe e gênero e não mais de maneira diluída e segmentada quando o sujeito identificado é a mulher negra. Com isso a preocupação em interseccionar raça e classe com sexo e classe, objetivando a especificidades das demandas sociais e culturais da identidade e do corpo negro feminino no Brasil em uma luta unitária. Em consenso, Hirata pondera

A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e portanto como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patricia Hill Collins (2014) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um "projeto de conhecimento" e uma arma política. Ela diz respeito às "condições sociais de produção de conhecimentos" e à questão da justiça social (*Idem, ibidem*). Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat (2012, p. 20) quando afirma a "necessidade de pensar conjuntamente as dominações" a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução. (HIRATA, 2014, pp. 61-73).

No que abarca a construção teórica da interseccionalidade, a perspectiva conceitual indica uma não dissociação entre raça, classe e gênero com a intenção em se capturar as consequências entre as formas de subordinação. Referenciando a condição de ser mulher e concomitantemente de ser negra e pertencer a uma determinada esfera social. Dito isso, não sendo obstante para a mulher negra uma identidade apenas de gênero e classe.

Diante do aporte histórico até aqui percorrido no capítulo desenvolvido, como **formar de pontuar a mulher negra no âmbito acadêmico**, principiamos de acordo com os dados alcançados uma não igualdade de discentes negras em comparativo com as discentes brancas. Identificação essa assumidas pelos participantes da pesquisa.

Nessa continuidade de discussão interseccional, indagar e discorrer sobre a representatividade da mulher negra em espaço socialmente elitizado enquanto lugar de fala. Entendo o lugar de fala na qualidade de lugar de voz, de vivência, de pertencimento dentro de uma especificidade singular que as mulheres negras, dentro da hierarquização de opressão, enfrentam em seu cotidiano como outrora no passado, hoje na contemporaneidade. Em fala, Passos avalia:

Sabe-se que as condições econômicas das mulheres negras dentro da divisão social e sexual do trabalho na sociedade capitalista brasileira neste início do século XXI são árduas: exercem os trabalhos mais penosos e ocupam o topo das estatísticas das chefes de família,

arcando sozinhas a educação dos filhos e a manutenção da casa, e, quando muito, conseguem permanecer nos estudos até o fim do ensino médio. (PASSOS, 2005, p. 16).

Nesse sentido, ao tecer considerações e reflexões diante da historicidade aqui percorrida permite inferir a suma importância do lugar de fala ser representativo por sujeitos que de fato trazem essa representatividade. Não é o intuito aqui inferir que a causa não seja legítima para todos os sujeitos, inferiorizados ou não, contudo, a invisibilidade desses sujeitos em determinados espaços com valor social deflagram o real, a desigualdade historicamente e culturalmente produzida. Assim, para tencionar mudanças, os sujeitos que “falam” precisam mudar. Em conformidade Veiga indica.

Resta refletir, retornando a uma questão já levantada, com relação às agendas invisíveis, sobre qual é a permeabilidade da produção acadêmica em relação a setores que, na história do feminismo, lutaram e ainda lutam por um espaço de reconhecimento; quais são os sujeitos sociais estão invisibilizados ou ausentes, tanto como “objetos” da produção acadêmica, quanto como sujeitos dessa produção. (VEIGA, 2017, p.35).

Para Veiga (2017), questionamentos devem ser levantados, em fala argumenta “Quem historicamente participa de eventos de estudos feministas e de gênero? A quem se dirigem suas pautas? Para quem é encaminhado o conhecimento produzido e divulgado por meio de suas publicações?” Tais pontuações se direcionam para problemática entre a fronteira entre academia, ativismo e do Estado (políticas públicas).

Dado o exposto, a discussão que se levanta propicia um debate amplo não somente sobre o sujeito/os identificados ou em posições que vivenciam as múltiplas opressões reivindicam diferentes causas por determinismos diferentes. Assumindo assim a múltiplas condições e realidades, logo, diferentes interferências que buscam na interseccionalidade a resposta para causas que são plurais e diversas. Por efeito da complexidade que abarca as categorias aqui em análise e o modo relacional entre universidade e sociedade, Bouteldja considera que

O uso que me parece mais legítimo é aquele que consiste, para as vítimas de opressões múltiplas, em pensar e analisar sua condição. Eu penso evidentemente sobre o uso que fizeram as mulheres negras norte-americanas para dar valor, diante da justiça, ao fato de que elas não poderiam ser tratadas da forma como tratamos os Brancos, as Brancas ou os homens negros, por causa do cruzamento de suas opressões. Eu penso igualmente no uso teórico que fazem certas militantes negras ou chicanas para fornecer ferramentas de compreensão para as lutas políticas. (BOUTELDJA, 2016 p. 6).

Para tanto, podemos considerar que mesmo com todos os desafios impostos por nossa conjuntura social que se assume enquanto sexista, racista e classista, o conceito interseccional viabiliza análises mais densas diante das violências simbólicas e materiais que acometem diariamente os grupos sociais específicos.

Dessa forma, levando em consideração a importância da produção científica desenvolvida no âmbito acadêmico, sendo esse espaço que tem enquanto proposta um desenvolvimento científico que reverbera em mudanças sociais, como as questões de gênero, raça e classe vem apresentando mudanças tanto no espaço acadêmico, quanto nos espaços sociais. Em conformidade, Bouteldja discorre do porquê nos valermos ainda do conceito interseccional, ainda que apresentando problemática, pois para autora ainda não temos uma outra alternativa para se valer, pontuando assim que:

Aquilo que eu gostaria de dizer a todas e todos vocês é que a partir da questão da raça, assumindo tal hierarquia, o pensamento decolonial propõe um relato sobre a totalidade que integra o gênero, a classe, a sexualidade, mas que nos liberta de toda forma de eurocentrismo e trabalha para o desafio radical da modernidade que, por meio do imperialismo, do capitalismo e da constituição dos Estados/nação, contribuiu largamente na produção do tríptico raça, classe e gênero. Não podemos pensar em nos livrar desse tríptico sem imaginar uma alternativa à modernidade, sem pensar em uma nova utopia. (BOUTELDJA, 2016 p. 9).

Dessa forma, o embate que envolve as minorias nacionais e suas perspectivas, defrontam-se com a diáspora da transição social dos grupos sociais, ou seja, o que é ser negro, pobre e com uma identidade não binária no Brasil? E ainda, o que é ter mais de uma identificação das acima citadas? Compreendendo que para surtir mudanças efetivas em nossa sociedade devemos primordialmente não negar que o Brasil é sim um país que impõem socialmente as múltiplas discriminações. Portanto, os movimentos e mecanismos que defendem e reforçam a luta pela igualdade racial, social e de gênero expressão a sua importância decisiva em transfigurar a realidade daqueles que se encontram em ciclo vicioso de opressão e dominação. Depreendendo, portanto, que a opressão é infinitamente mais vista e sentida por aqueles que são oprimidos. Em consonância Bouteldja discorre

A primeira vez que ouvi falar publicamente de opressões cruzadas foi nos anos 1980, eu era muito pequena e foi através de um homem branco. Ele se chamava Coluche. O que disse Coluche? Ele citou uma lembrança: “quando somos mulheres, negras e deficientes, a vida pode ser muito dura”. Que lição eu tirei disso? Que a consciência das opressões cruzadas é visível a todos e que é cega apenas àqueles que não querem ver. É um saber implícito compartilhado por todos. (BOUTELDJA, 2016 p. 6).

Dada a urgência em prosseguir com as produções acadêmicas que propõe discussões fundantes para o encaminhamento da nova conjuntura social que tem como princípio e sociedade de fato mais justa e igual, devemos nos ater em quais cenários se encontram as universidades brasileiras, se nesses meios intelectuais estão os *LGBTQIA+*, negros, pobres, mulheres negras e mulheres negras e pobres para produzir e construir livremente produções acadêmicas que estejam alicerçadas às suas identidades e representatividades.

Entretanto, não estou querendo inferir que brancos não possam se inteirar das identidades supracitadas, assim, contribuir com os avanços sociais, o que busco apontar é que esses sujeitos devem estar representados nas universidades públicas por esse espaço ser **o local de produção intelectual do nosso país por meio das produções acadêmicas.**

Nessa linha, a ressalva é pertinente, visto que, por séculos os modelos de sociedades veem sendo ditados por um ideal que é o homem branco, heterossexual e rico, a imagem dos principais colonizadores que estabeleceram para inúmeras nações a opressão por meio do controle social dominante e dominado. Dentro dessa perspectiva, Bouteldja, discute

Acrescento que todas elas mobilizam, em um grau ou outro, as questões raciais, de classe e de gênero. O que nossos detratores parecem ignorar é que esses sujeitos não são pontos cegos: os *Indigènes* tratam-nos a partir de um paradigma decolonial que é seu. Eu cito Norman Ajari: “o pensamento decolonial é um esforço para dar à sua visão de mundo a densidade histórica necessária para agir e pensar, enquanto nos liberamos das velhas rotinas políticas. Ele parte da hipótese de que, a partir de 1492, com a ‘descoberta’ e posteriormente a conquista da América, nasceu um projeto de civilização europeia no qual a superioridade intelectual, moral e psíquica do Branco é o fundamento. O que dizem os *Indigènes* é que, a partir desse paradigma, que leva em conta esse projeto de supremacia branca como aquilo que funda a modernidade, as questões de sexo ou de economia merecem ser consideradas por serem pertinentes nas vidas dos habitantes do Sul Global e de suas diásporas. (BOUTELDJA, 2016 p. 9)

Em conclusão, o que podemos considerar nesse breve escopo é que há um distanciamento que se estabelece como uma fronteira entre universidade e sociedade. Essa relação que deve ser estreita e dispersa, para tanto, a produção de conhecimento científico e movimentos/lutas sociais devem ser imbricadas, tencionando alcançar de forma plural e diversas as causas sociais complexas e, ainda que utopicamente, propiciar

uma mudança relevante na vida daqueles que lutam, com força de expressão, para sobreviver em nosso país. Portanto, o presente capítulo procurou motivar a discussão acerca da problemática apresentada, pontuando o conceito interseccional e a importância da produção científica, para tanto a relevância de se pesquisar e produzir conhecimento científico sobre a suma importância da representatividade, da função social da universidade e dos movimentos sociais e de luta, tendo como embasamento primário a historicidade das causas e dos sujeitos que são historicamente e culturalmente construídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado, intitulada *Formação e Percepções Discentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas/MS*, se motivou em identificar qual o sujeito que integra o ambiente acadêmico, bem como quais as percepções desses discentes ante as tensões sociais como, classe, raça e gênero.

Em virtude da pandemia que assolou o mundo e alterou a rotina de todos, cada um em sua medida, a pesquisa em um movimento de se adequar com a crise sanitária que se instalou e impediu que outros instrumentos de pesquisa pudessem dar aparatos em uma análise densa desse perfil social investigado, se valeu da técnica de questionário, bem como de um aporte bibliográfico nas áreas de Antropologia, Sociologia, História e estudos feministas para embasar as discussões propostas ao longo do desenvolvimento do estudo.

A hipótese levantada buscou compreender quem e como são os discentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – CPTL. Tal hipótese partiu de uma inquietação em compreender e evidenciar o porquê da universidade pública ainda se restringir à um grupo social em específico. Como forma de verificar a hipótese levantada, foi elaborado o questionário que pudesse apresentar o perfil social dos discente da universidade aqui investigada.

Para elucidar a problemática levantada e desenvolvida no presente estudo, se faz pertinente de antemão fazer ressalvas sobre o ambiente investigado e o objeto de estudo, logo, os discentes e construção do perfil desses sujeitos que se compreendem em um espaço privilegiado socialmente.

Esse cenário reverbera as condições reais enfrentadas pelas minorias em nosso país, que no mais, são sim excludentes. Em face desses terrenos arenosos que sustentam discursos que defendem a não aplicabilidade das ações afirmativas, por exemplo, bem como a mobilidade social das minorias nos meios sociais e culturais, podemos compreender que a realidade por eles defendida não existe, de fato o Brasil não é um país que vive a democracia racial e social.

No entanto, sabemos a origem de nossa sociedade classista e desigual, somos o presente de um passado que não passou, que não aboliu as atrocidades cometidas as minorias, que revelam em maioria os corpos negros. Podemos ter como comprovante o nosso levante histórico, porém sabermos e ecoarmos que para compreendermos o presente necessitamos dialogar com passado não pode ser o estopim para responder as

questões sobre a verdade de não termos negros nos mais altos escalões sociais, isso em quantidade relativamente igual aos brancos.

Dentro dessa ótica, se faz oportuno indagar: Até quando será assim? Por entender que cariciamos de políticas que verdadeiramente venham ser reparatórias e imediatista com os que se encontram excluídos dos meios sociais. As quais venham propiciar a libertação para uma tomada de consciência percussora da sua libertação enquanto sujeito histórico social.

Reportando-se ao corpo discente que compõe a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas – MS, os dados colocaram em comparativo as relações de raça, classe e gênero de maneira muito ilustrativa a medida que a dissonância entre a população entre brancos e não brancos que compõe o mesmo universo, são tão latentes. Assim como também a questão de classe que destoa com a realidade nacional e, consequência dessa conjuntura social a questão de gênero, visto que as mulheres negras enfrentam dois agravantes de discriminação social, sendo o racismo e o sexismo.

Nesse sentido, podemos expressar por meio dos dados obtidos que há um conflito intrínseco sobre as relações de raça, classe e gênero com o contexto observado e analisado. No entanto, mesmo com as ressalvas supracitadas, o perfil discente aqui esboçado se assume não sendo de um sujeito pertencente das camadas populares, negro e ainda, mulher negra.

Desse modo, as implicações de cunho sociais e culturais, não podem estar aquém das instituições educacionais e com representatividade, pois se reverbera também como um espaço político ao entender que esses espaços fazem parte da engrenagem da sociedade.

Os espaços sociais em nossa sociedade segmentam e fragmentam a nação produzindo a classificação por camadas sociais que se distanciam de forma discrepantes entre si. Com isso, emerge a seriedade em discutir, de tal modo qual ela seja com toda sua complexidade, as opressões cruzadas. Atentando-se, portanto, em produção de conhecimento que venham evidenciar a ausência das políticas públicas ou ainda em denunciar a ineficácia das mesmas ao que concerne a não representatividade desses grupos sociais que carregam e acumulam em suas curtis múltiplas formas de violências, genocídios e privações.

Além disso, os resultados nos permitiram tencionar ainda que a ausências dos grupos sociais que não estão nesse ambiente acadêmico reverbera ainda na sustentação

do racismo estrutural e institucional, visto que, a representatividade em profissões como advogados, juízes, ministros, historiadores e médicos seguiram com a ausência de uma identidade específica, a não branca.

Esse ciclo de não mobilização social se inicia desde a mesma tenra idade, quando o ensino destinados as crianças não brancas e pobres, quando públicas, são precárias. E ainda, toda essa trajetória de um ensino público com baixa qualidade, desembocam um uma competitividade desleal no processo de garantir uma vaga no ensino superior público, que nessa etapa é um ensino de qualidade e gratuito.

Portanto, ao se pensar em políticas de acesso, não se pode desconsiderar a permanência como uma especificidade de política pública. O estudo aqui constatou que os discentes que compões a universidade são sujeitos que dispõem de uma rede familiar para costear financeiramente a permanência na universidade. O que resulta em um acesso, permanência e conclusão, com isso uma longevidade acadêmica.

Em conclusão, o estudo aqui apresentado motivou-se em tecer considerações ao desse perfil discente, bem como pontuar ao que concerne o conceito teórico interseccional ao considerar que os grupos sociais evidenciados ao longo do estudo, padecem de mais de um tipo de violência, isso ao longo dos séculos e ainda que utopicamente, vislumbrar os possíveis efeitos que esse conceito poderia ter na produção científica. Com isso, indicar aqui o papel da universidade enquanto espaço de valor social e político e a sua expressa função social em transforma a sociedade de forma mais equânime e, conseqüentemente, mais justa. Portanto, como esse espaço deve além de produzir conhecimento científico diante das causas aqui elencadas, deve também ser um espaço com representatividade, um espaço de fala, voz e identidade. Ponderando, sobretudo, que analisar uma única universidade pública brasileira, um único campus e de três cursos, se iguala a mesma perspectiva de analisar um microrganismo em relação ao universo, desse modo, um plano micro dentro de um plano macro. No entanto, essa observação não diminui a importância do estudo aqui discorrido, ao contrário, direciona para uma averiguação partindo do plano micro para o macro, de tal modo, em assumir as verdades e as falácias entorno de constituirmos ou não mecanismos que ainda garantam a atual sociedade classificatória e discriminatória a qual todos pertencemos.

REFERÊNCIAS

LAVOURA, T. N.; MARTINS, L. M. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, vol. 34 no. 71, Curitiba, setembro/outubro, 2018.

_____. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Tradução Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119-137.

_____. (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. P.210-235.

_____. A estrutura da infância e as reproduções interpretativas de criança. In: _____. Sociologia da infância. Porto Alegre: Artmed, p. 17-40-56, 2011-

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 320.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Brasil no Século XX: o desafio da educação**. In: _____. História da Educação. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**: Reflexões sobre Little Rock. São Paulo: CIA das Letras, 2004. Pg. 261-280

BAIRROS, Luiza. **A Mulher Negra e o Feminismo**. In: O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Ana Alice Alcantara Costa, Cecília Maria B. Sardenberg, organizadoras. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

BANDEIRA, L. M. **Relações de Gênero, Corpo e Sexualidade**. Série sociológica, Brasília – DF, n.162, 1999.

BANDEIRA, LOURDES MARIA ; AMARAL, MARCELA . **Violência, corpo e sexualidade: um balanço da produção acadêmica no campo de estudos feministas, gênero e raça/cor/etnia**. REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA , v. 5, p. 48-89, 2017.

BUTLER, J. Sujeitos do Sexo, Gênero, desejo: Mulheres como sujeito do feminismo. In: BUTLER, Judith. P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, 2003. P.15-49.

CORSARO, Willian. Teorias sociais da infância. In: _____. Sociologia da Infância. Porto Alegre: Artmed, p. 41-56, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé W., Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist **VIOLÊNCIA, CORPO E SEXUALIDADE**,1989.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Lisboa: Guimarães Editores LTDA, 1989.

e etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ**, em 5 nov. 2003.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Relógio d'água Editores. Lisboa. 2008. p. 09-52.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento econômico: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Brasil, Meu Brasil Brasileiro: Notas sobre a construção da identidade nacional. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende (org.). **Educação e Cultura: Pensando em cidadania**. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

GREETZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989, p.13-41.

HIRATA, Helena. (2014), **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, pp. 61-73.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O Debate Sobre o Branqueamento e a Discriminação Racial no Brasil In: JACCOUD, Luciana; GUERREIRO, Rafael; SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Ipea, 2008, p. 45-65.

JESUS, Sônia Meire S. A. de Jesus; TORRES, Lianna de Melo. Educação e Movimentos Sociais: tensões e aprendizagens. In FREITAS, Anamaria G. Bueno de; SOBRAL, Maria Neide. **História e memória: o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe. (1968-2008)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

KRAMER, Sonia. **Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie**. Seminário Internacional OMEP. Infância – Educação Infantil: reflexões para o início do século. Brasil, jul. 2000.

KUHN, Thomas S. (1962). **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

Lourdes Maria Bandeira; Marcela Amaral REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 05, No. 11 | Set/Dez/2017 80 theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, pp. 139-167. CRENSHAW, Kimberlé W. (2002), **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao Gênero**. Estudos Feministas, v. 1, pp. 171-188.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Ebril cultural, 1978.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*[S.l: s.n.], 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

MWEWA, Christian Muleka; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves; NASCIEMNTO, Sarita Brolese. Formação Cultural e Diversidade Etnicorracial: Brasil, um país de todos? In: CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir (orgs.). **Educação e Diversidade Cultural: tensões, desafios e perspectivas**. Blumenau; Edifurb, 2014. P. 223-244.

NUNES, Mighin Danae Ferreira. **Sociologia da infância, raça e etnografia: intersecções possíveis para o estudo das infâncias brasileiras**. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 2, p. 413-440, 2015.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educ. rev.* [online]. 2015, vol.31, n.2.

QVORTRUP, Jens. Infância e política. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n. 141, p. 777-792.
RIBEIRO, Djamila. (2015), A perspectiva do feminismo negro sobre violências históricas e simbólicas. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/a-perspectiva-do-feminismo-negro-sobre-violencias-historicas-e-simbolicas/>>. Acesso em: 28 maio 2020.

RIOS, Flávia; RATTS, Alex. (2016), “A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez”. In: CHALLOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia M. (org.). **Pensadores negros – pensadoras negras do século XIX e XX. 1 ed. Belo Horizonte: Traço Fino**. pp. 387-402.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROSEMBERG, Fúlvia. A Criança Pequena e o Direito à Creche no Contexto dos Debates Sobre Infância e Relações Raciais. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo- SP, 2012, p. 11-41.

SANFELICE, José Luís. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 42^a. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012, p. 3-76.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v.14 n. 40 Rio de Janeiro Jan/Abr, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHWARTZ, Stuart. Uma Geração Exaurida: Agricultura Comercial e Mão-de-Obra Indígena. In: **Segredos Internos Engenho e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835**. Schwarcz Ltda, 1988, p. 40-57.

APÊNDICE 1

– QUESTIONÁRIO ENVIADO

Pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Campus Três Lagoas) pela Mestranda Ana Paula Leão Mendes.

Título: Perfil formativo, familiar, econômico e social dos discentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

Dados

1- Em qual curso está matriculado/a

Direito

História

Medicina

2- Você se identifica como sendo do Sexo:

Feminino; Masculino; Outros.

3- Você se considera:

Branco; Não-Branco.

4- Já fez ou faz aula de inglês

Sim Não

5- Já viajou alguma vez para o exterior

Sim Não

6- Seus pais são casados

Sim Não

7- Se sim, eles moram juntos?

Sim Não.

8- Se sim, eles moram em

Casa Apartamento

9- Quantos cômodos tem a casa?

Sala, Cozinha, Quarto e Banheiro.

10- Caso não tenha morado com seus pais, com quem morou até ir para universidade?

Pai , Mãe , Avós e Outros

11- Estando na universidade você mora:

Sozinho Com amigos Com a mãe, Com o pai Com o pai e a mãe e

Outros

12- Qual nível de formação dos teus pais?

Mãe – fundamental , médio; técnico , superior incompleto , superior completo

, mestrado e doutorado

Pai – fundamental , médio; técnico , superior incompleto , superior completo

, mestrado e doutorado

13- Seus pais falam alguma língua estrangeira?

Sim, QUAIS: _____, Não .

14- A renda familiar da sua família está entre:

A- 1-3 salários mínimos

- B- () 4-6 salários mínimos
- C- () Mais de 7 salários mínimos

15- O lugar onde seus pais moram mora é?

- A- () Própria
- B- () Alugada
- C- () Outros

16- Com quantos anos os seus responsáveis começaram a trabalhar?

- A- () Antes dos 14 anos
- B- () Depois dos 18 anos

17- Você trabalha?

- A- () Sim
- B- () Não
- C- () Nunca

18- Você já precisou trabalhar para contribuir com a renda familiar em sua casa?

- A- () Sim
- B- () Não
- C- () Nunca

19- No momento, alguém te ajuda financeiramente?

Sim () Não ()

20- Se sim, com qual frequência?

Por mês () quando preciso ()

21- Se sim, com quanto te ajuda?

Até 1 salário mínimo (), entre 1 e 2 SM (), mais que 2 SM ()

22- Se sim, quem mais te ajuda?

Pai (), mãe (), avós (), tios () e outros ()

23- Você seleciona as pessoas com quem se relaciona?

Sim () Não ()

24- Se sim, qual é o critério mais importante na sua escolha?

A aparência () O carácter () Os valores familiares que traz () A origem do Estado ou país ()

25- Você tem amigos/as não-brancos/as?

Sim () Não ()

26- Você se considera branco/a?

Sim () Não ()

27- Você já esteve na casa de algum amigo/a não-branco/a?

Sim () Não ()

28- Você já namorou/ficou/pegou/match/crush com alguém não-branco?

Sim () Não ()

29- Se não, namorou/ficou/pegou/match/crush com alguém não-branco?

Sim () Não ()

30- Seus pais concordariam em você casar com alguém não-branco

Sim () Não ()

31- Seus pais concordariam em você casar com alguém branco?

Sim () Não ()

32- Você acha que as cotas raciais para o ingresso na universidade são justas?

Sim () Não ()

33- Se sim para quem?

Para os Brancos () Não-brancos () Para a sociedade brasileira ()

34-Se não, para quem?

Para os Brancos () Não-brancos () Para a sociedade brasileira ()

35- No seu curso você já teve alguma disciplina que abordasse as questões de cor ou raça?

Sim () Não ()

36-Se sim, qual disciplina?

37-Ao longo do seu curso você já teve um professor não-branco?

Sim () Não ()

38-Você sabe se na sua universidade tem algum professor não-branco?

Sim () Não ()

39-Você já ouviu falar no Ministro Joaquim Barboza?

Sim () Não ()

40-Você já ouviu falar em Milton Santos?

Sim () Não ()

41-Você já ouviu falar no Ayrton Senna?

Sim () Não ()

42- Você já ouviu falar de Edson Arantes do Nascimento?

Sim () Não ()

43-Depois de formado/a você aceitaria uma pessoa não-branca como seu superior?

Sim () Não () Depende do salário que irei receber ()

44-Se a empregada doméstica trabalha 8h/dia e um médico trabalha 8h/dia você acha que os dois trabalham o mesmo tanto?

Sim () Não ()

45-Você conhece os primeiros socorros?

Sim () Não ()

46-Qual forma anticonceptiva que acha mais eficiente?

47-Em casa, o que você sabe fazer:

Cozinhar (), Lavar (), Passar (), Limpar banheiro (), Cuidar de criança (), Fazer compras (), Falar da vida alheia (); Consertar chuveiro ().

48-Você já precisou de acionar o PROCON?

Sim () Não ()

49-Se sim, você acha solucionou seu problema?

Sim () Não () Em parte ()

50-Você acha justo o valor do atual salário mínimo?

Sim () Não ()

51-Quanto é o atual salário mínimo?

R\$ 999,00 (), mais de R\$ 1100,00 () entre R\$ 1000,00 e 1500,00 ()

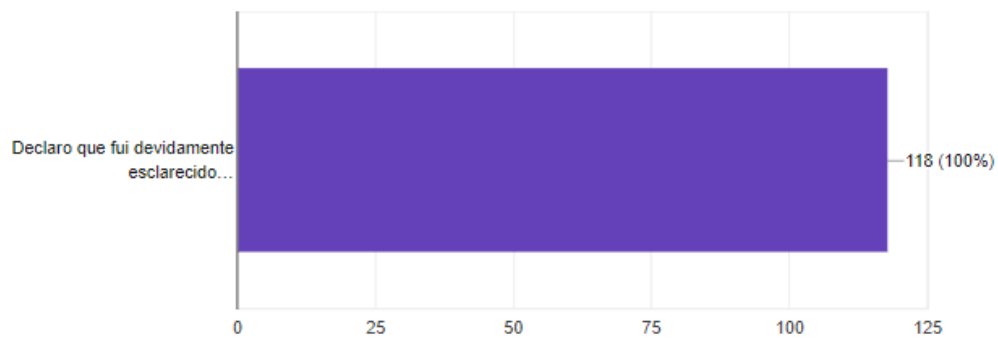
APÊNDICE 2 – RESULTADO DO QUESTIONÁRIO APLICADO POR MEIO DO GOOGLE FORMS

Pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Campus Três Lagoas) pela Mestranda Ana Paula Leão Mendes.

Título: Perfil formativo, familiar, econômico e social dos discentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

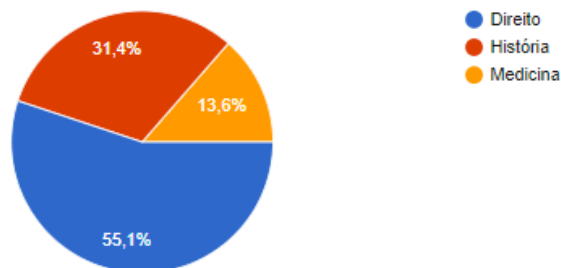
Prezado (a) Discente (a), A pesquisa: Perfil formativo, familiar, econômico e social dos discentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, está sendo realizada pela mestrandia Ana Paula Leão Mendes do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas - MS. O objetivo da pesquisa é analisar o perfil dos discentes do curso de Direito, História e Medicina sob as questões de raça, classe e gênero. Sua participação é voluntária, mas imprescindível em forma de respostas ao questionário a seguir. Comunicamos também que, caso haja desconforto ou constrangimento com alguma questão apresentada não precisa respondê-la. As informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar sua identidade. As informações serão excluídas após a conclusão da pesquisa.

118 respostas



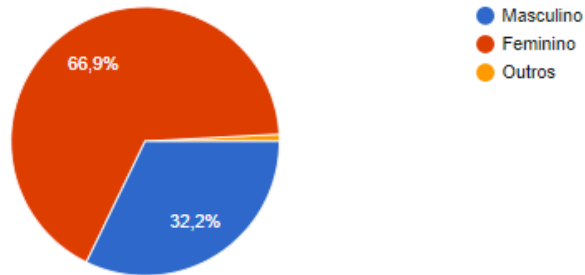
1- Em qual curso está matriculado/a

118 respostas



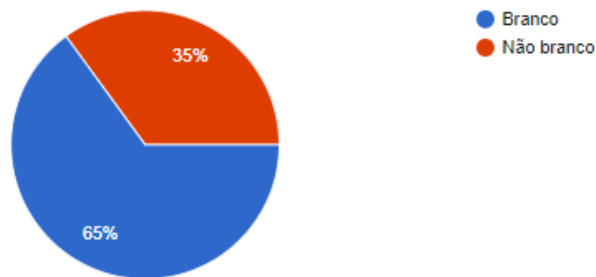
2- Você se identifica como sendo do Sexo:

118 respostas



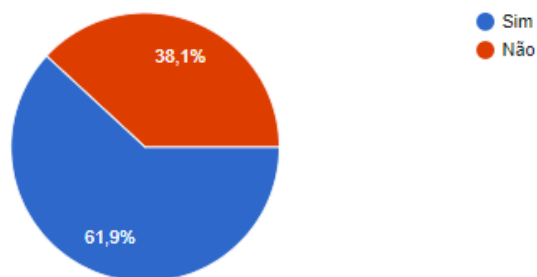
3- Você se considera:

117 respostas



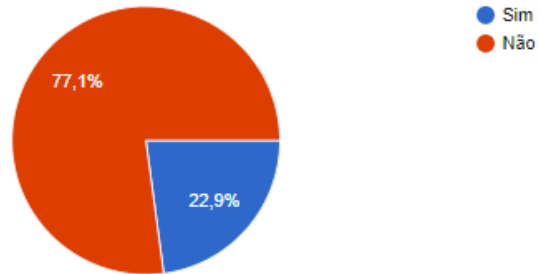
4- Já fez ou faz aula de inglês

118 respostas



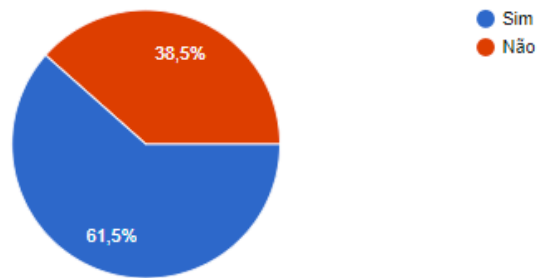
5- Já viajou alguma vez para o exterior

118 respostas



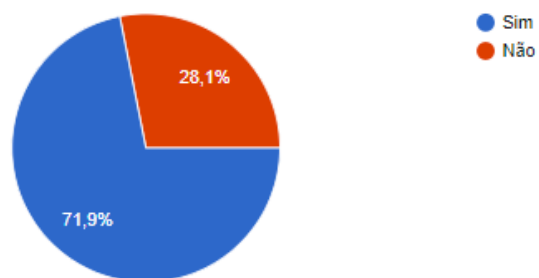
6- Seus pais são casados

117 respostas



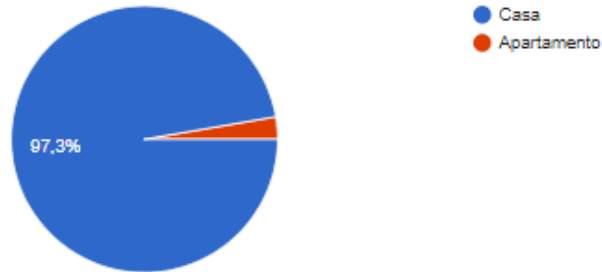
7- Se sim, eles moram juntos?

96 respostas

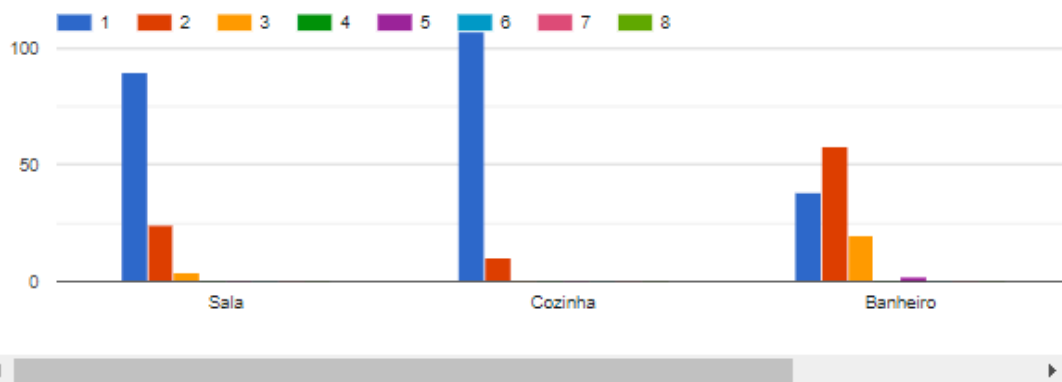


8- Se sim, eles moram em

74 respostas

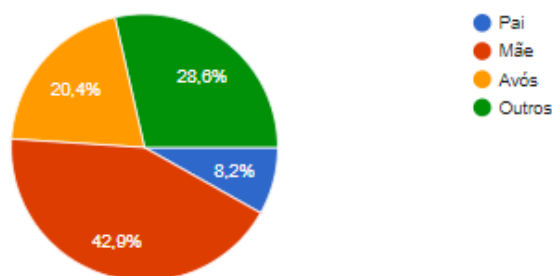


9- Quantos cômodos tem a casa?



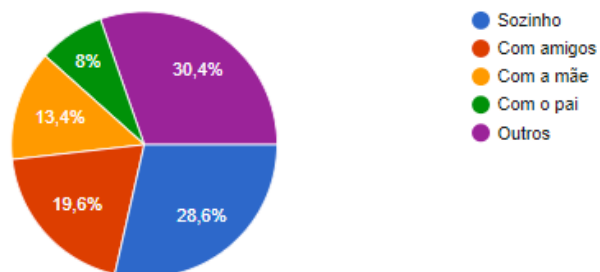
10- Caso não tenha morado com seus pais, com quem morou até ir para universidade?

49 respostas

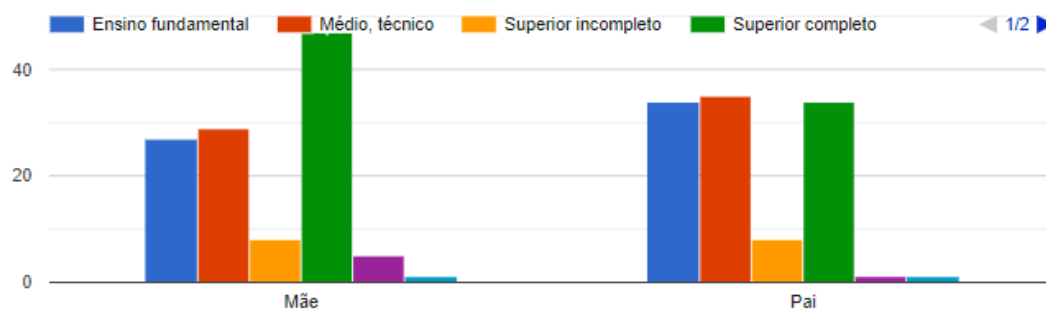


11- Estudando na universidade você mora:

112 respostas

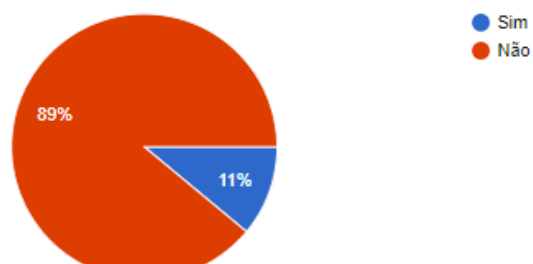


12- Qual nível de formação dos teus pais?



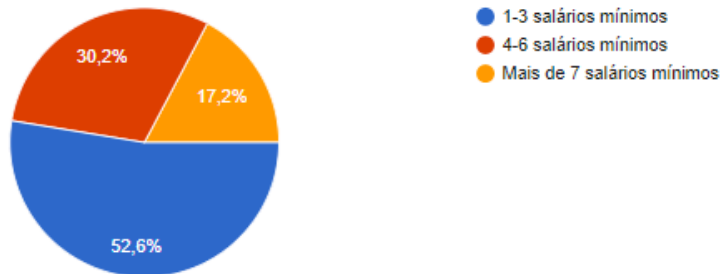
13- Seus pais falam alguma língua estrangeira?

118 respostas



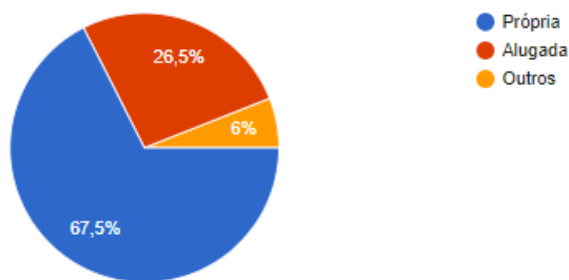
14- A renda familiar da sua família está entre:

116 respostas



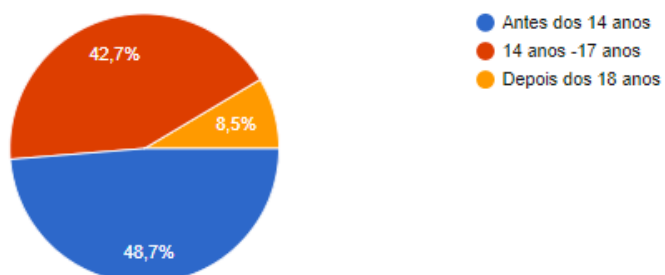
15- O lugar onde seus pais moram mora é?

117 respostas



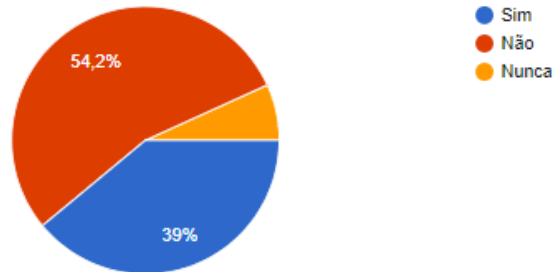
16- Com quantos anos os seus responsáveis começaram a trabalhar?

117 respostas



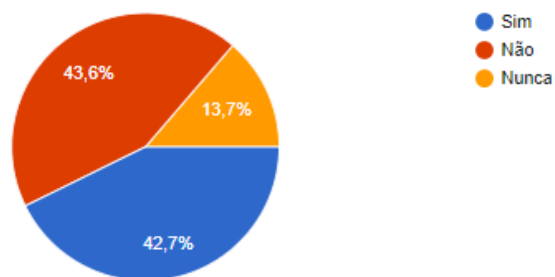
17- Você trabalha?

118 respostas



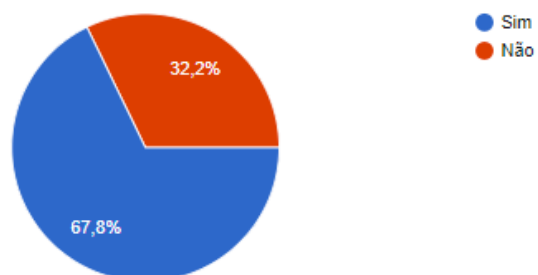
18- Você já precisou trabalhar para contribuir com a renda familiar em sua casa?

117 respostas



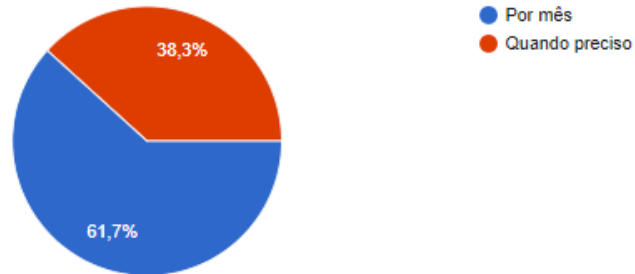
19- No momento, alguém te ajuda financeiramente?

118 respostas



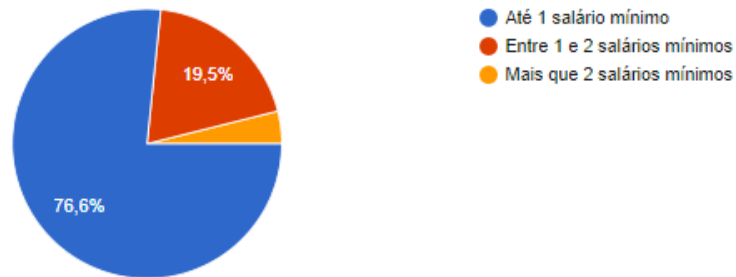
20- Se sim, com qual frequência?

81 respostas



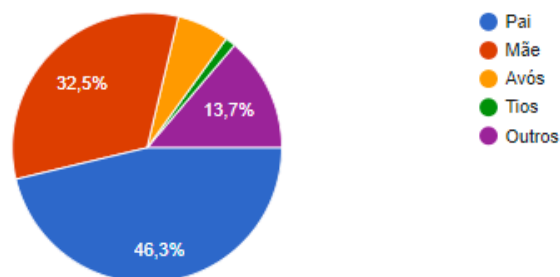
21- Se sim, com quanto te ajuda?

77 respostas



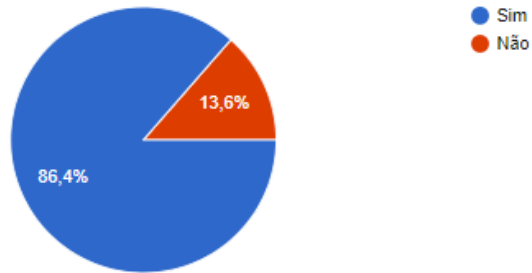
22- Se sim, quem mais te ajuda?

80 respostas



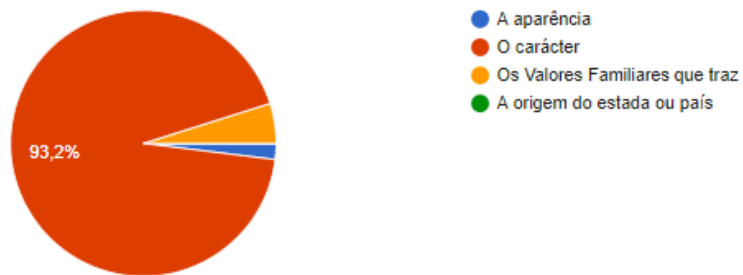
23- Você seleciona as pessoas com quem se relaciona?

118 respostas



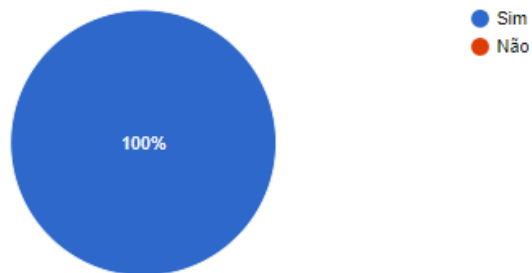
24- Se sim, qual é o critério mais importante na sua escolha?

103 respostas



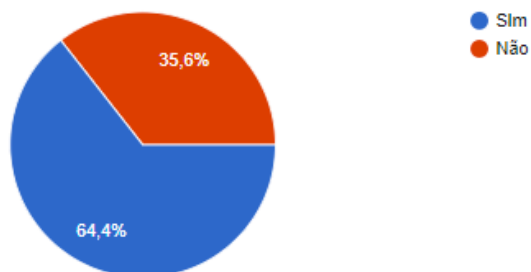
25- Você tem amigos/as não-brancos/as?

118 respostas



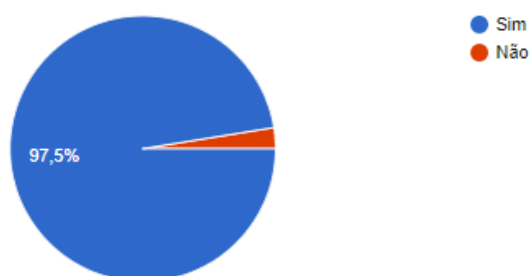
26- Você se considera branco/a,

118 respostas



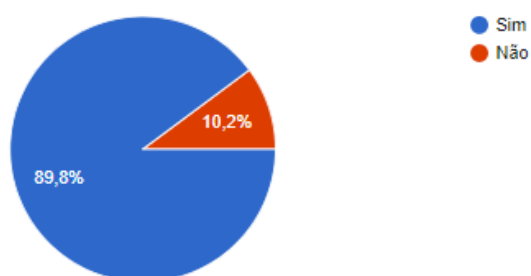
27- Você já esteve na casa de algum amigo/a não-branco/a?

118 respostas



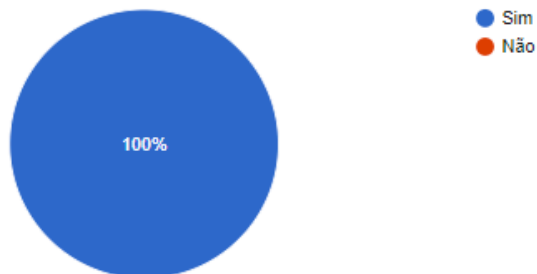
28- Você já namorou/ficou/pegou/match/crush com alguém não-branco?

118 respostas



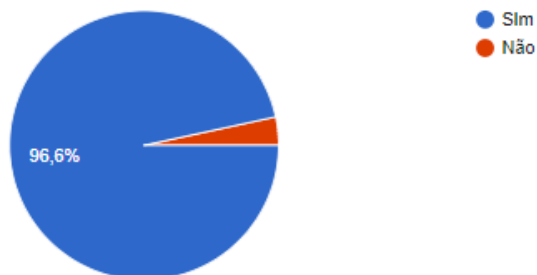
29- Se não, você namorou/ficou/pegou/match/crush se tivesse oportunidade?

47 respostas



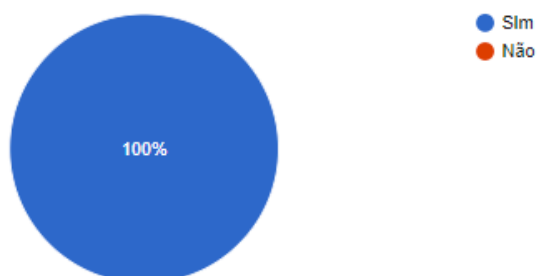
30- Seus pais concordariam em você casar com alguém não-branco?

118 respostas



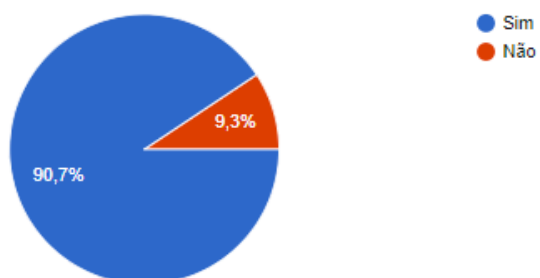
31- Seus pais concordariam em você casar com alguém branco?

117 respostas



32- Você acha que as cotas raciais para o ingresso na universidade são justas?

118 respostas



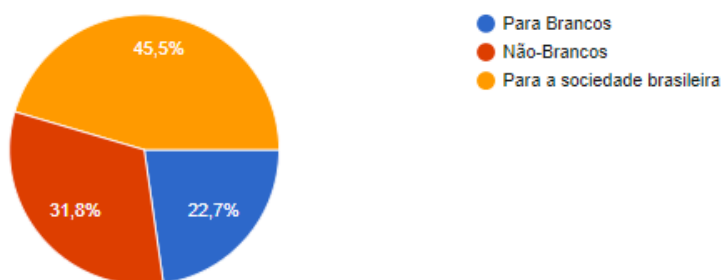
33- Se sim, para quem?

105 respostas



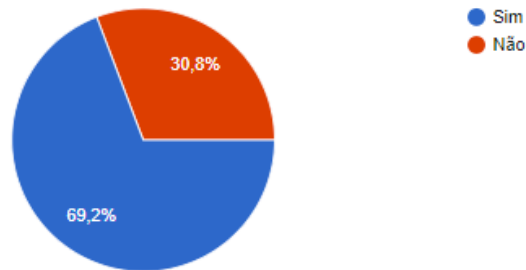
34- Se não, para quem?

22 respostas



35- No seu curso você já teve alguma disciplina que abordasse as questões de cor ou raça ou racismo?

117 respostas



36- Se sim, qual disciplina?

80 respostas

Multiculturalismo

Antropologia

BPPM

Filosofia

Antropologia

Direitos Humanos

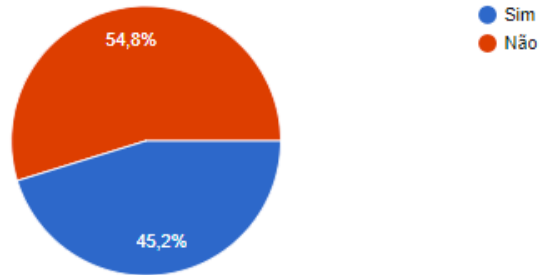
Direito Penal

multiculturalismo

Direito Penal

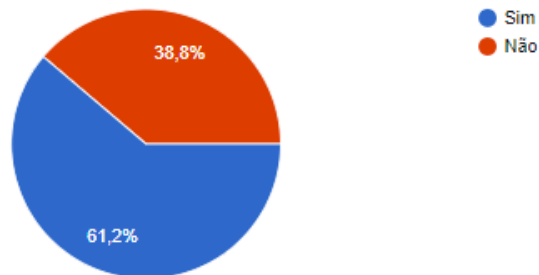
37- Ao longo do seu curso você já teve um professor não-branco?

115 respostas



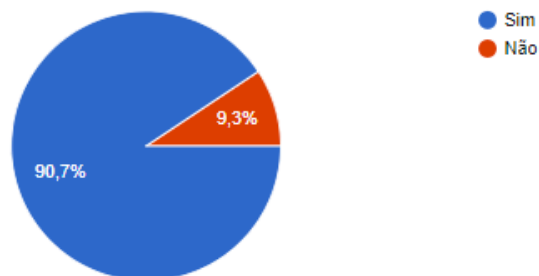
38- Você sabe se na sua universidade tem algum professor não-branco?

116 respostas



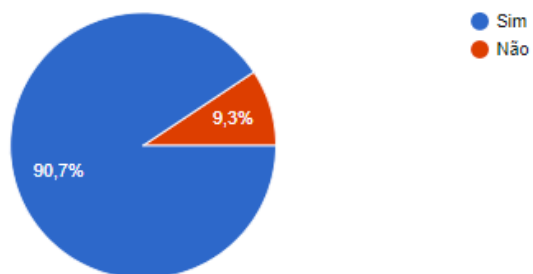
39- Você já ouviu falar no Ministro Joaquim Barboza?

118 respostas



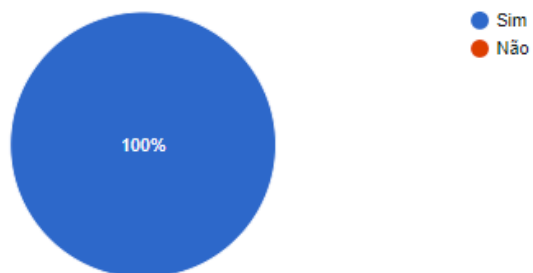
40- Você já ouviu falar em Milton Santos?

118 respostas



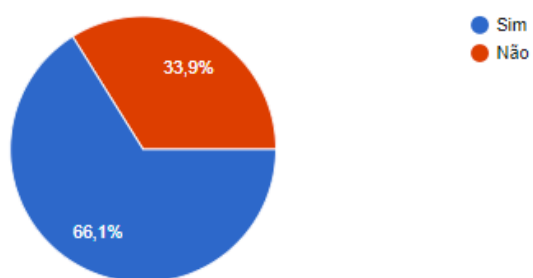
41- Você já ouviu falar no Ayrton Senna?

118 respostas



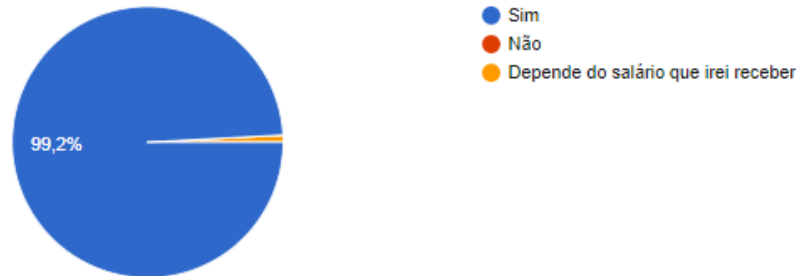
42- Você já ouviu falar de Edson Arantes do Nascimento?

118 respostas



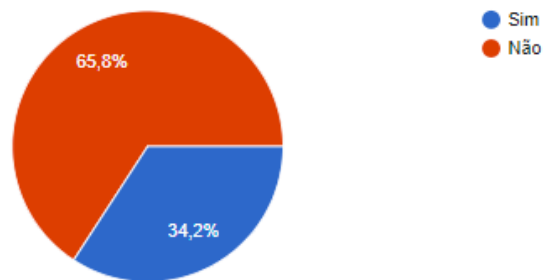
43- Depois de formado/a você aceitaria uma pessoa não-branca como seu superior?

118 respostas



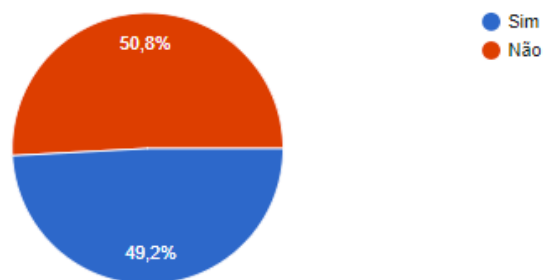
44- Se a empregada doméstica trabalha 8h/dia e um médico trabalha 8h/dia você acha que os dois trabalham o mesmo tanto?

117 respostas



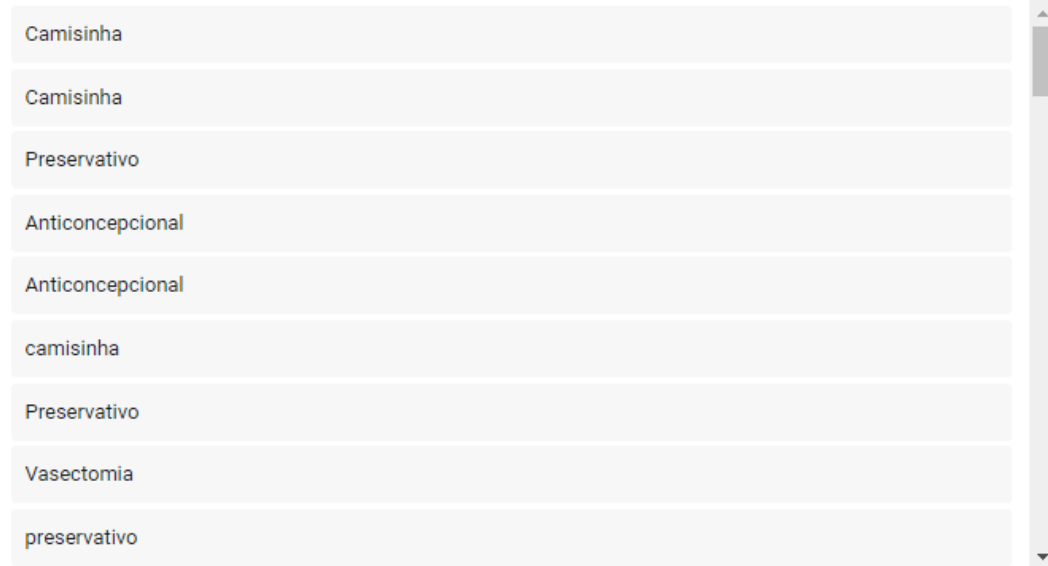
45- Você conhece os primeiros socorros?

118 respostas



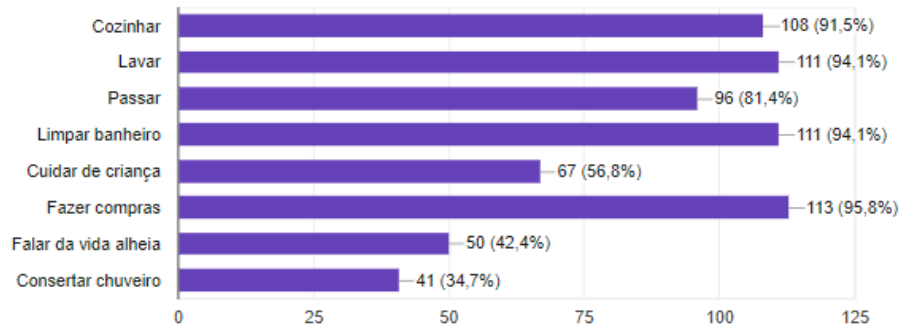
46- Qual forma anticonceptiva que acha mais eficiente?

109 respostas



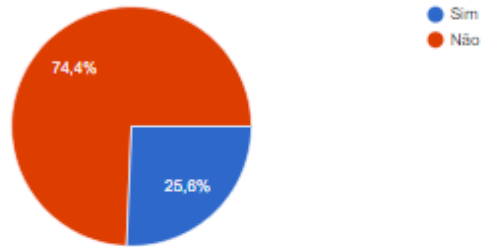
47- Em casa, o que você sabe fazer?

118 respostas



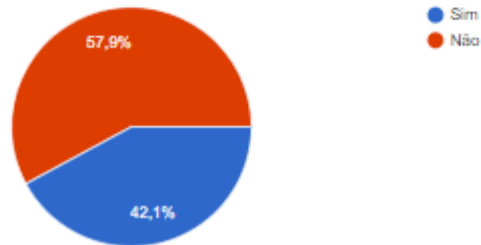
48- Você já precisou de acionar o PROCON?

117 respostas



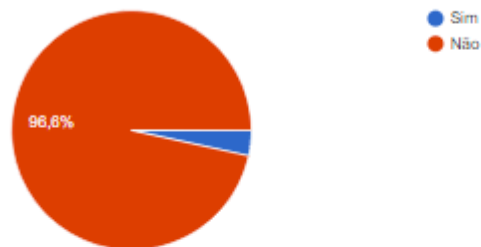
49- Se sim, você acha que solucionou seu problema?

38 respostas



50- Você acha justo o valor do atual salário mínimo?

117 respostas



51- Quanto é o atual salário mínimo?

117 respostas

